

TEXTO

4

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NAS IGREJAS CRISTÃS

*Este texto foi elaborado sob a responsabilidade do conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas com a colaboração de Anivaldo Padilha, formado em Ciências Sociais, líder ecumênico e ativista dos direitos humanos; Maria Luci Buff Migliori, consultora da Comissão Nacional da Verdade, doutora em Filosofia, procuradora do Estado de São Paulo; Magali do Nascimento Cunha, doutora em Ciências da Comunicação, jornalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo; Jorge Atilio Silva Iulianelli, pesquisador da Comissão Nacional da Verdade, doutor em Filosofia, pesquisador de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, professor-adjunto do PPG Educação da Universidade Estácio de Sá; e Maria Luiza Nunes Rodrigues, administradora de empresas, assistente executiva da Comissão Nacional da Verdade.*

Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade – repito – a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis, tanto individual quanto coletivamente.

(Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, no ato fúnebre ecumênico, antes do sepultamento do jornalista Vladimir Herzog, 1975.)

Considera-se aqui o lugar das religiões na dinâmica social brasileira. Elas representam elemento significativo, ordenador da vida e de seus modos, formador da matriz cultural moldada pela convergência de expressões advindas das experiências indígena, europeia-portuguesa e africana. Como tal, as religiões se fazem presentes nas diferentes dimensões sociais: na vivência cotidiana, na história, na língua, na arte, na educação, no trabalho, na política, entre tantas outras.

Sem desconsiderar o mosaico religioso que contribuiu com o caráter plural da vida em sociedade no Brasil, concentramo-nos no lugar das igrejas cristãs no processo da ditadura militar. Isso pode ser explicado por dois aspectos: primeiro, as limitações estruturais para se levantarem as circunstâncias que tenham envolvido a relação entre as religiões diversas e o regime militar; segundo, o destacado papel das igrejas cristãs como componente histórico, social e político da realidade brasileira e, particularmente, da ditadura. Partiu-se da ideia de que não se pode compreender o contexto em que a ditadura foi estabelecida e consolidada sem se levar em conta o lugar das igrejas cristãs na vida do país, já destacado numericamente e pela presença em todo o território nacional. Mas não só: há vários outros fatores e nuances que justificam esse papel ressaltado. Não se pode prescindir nem do reconhecimento da complexidade e da diversificação do próprio campo religioso cristão brasileiro, nem do contexto histórico determinante do modo de ser desse segmento religioso e da forma com que ele se posiciona na relação com a sociedade.

Este texto necessariamente se apresenta em duas partes. A primeira versa sobre a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), primeiro grupo cristão a se estabelecer em terras brasileiras, com lugar proeminente nas dinâmicas sociopolítica, histórica, econômica e cultural do país. A segunda trata das igrejas protestantes, com presença mais recente na vida do país (desde o século XIX), marcadas por uma composição complexa e diversificada, e que, por isso, assumiram diferentes posturas na relação com a sociedade ao longo dos anos, ora com distanciamentos, ora com aproximações das perspectivas sociopolítica e cultural.

Os contextos teológico e pastoral das ICAR e protestantes dos anos 1950 e 1960 foram determinantes para que esses grupos se destacassem nos processos que envolveram o estabelecimento e a consolidação do regime militar no Brasil. Pelo lado católico, a emergência de ações de promoção dos direitos humanos, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a expansão de projetos sociais e educacionais e a realização do Concílio Vaticano II foram base para a atuação de indivíduos e grupos, de lideranças clérigas e leigas, nas áreas rurais e nas cidades, em contraposição ao modelo desenvolvimentista conservador assumido pelo Estado, negligente quanto às políticas públicas de superação das desigualdades socioeconômicas e culturais. Pelo lado protestante, a Confederação Evangélica do Brasil, expressão mais intensa do movimento ecumênico no país até 1964, e os movimentos de juventude das igrejas avançavam na promoção de projetos educativos e em ações sociais que desafiavam o segmento a uma responsabilidade sociopolítica com base em valores como a justiça e o direito, com uma teologia e um chamado à atuação que se contrapunham de igual forma ao desenvolvimentismo conservador. Vale destacar que o ecumenismo, que colocava os diferentes grupos protestantes e católicos em diálogo e em práticas conjuntas, com sua ênfase na dimensão do cristianismo prático, teve papel expressivo na construção dessas posturas de engajamento sociopolítico dos dois grupos cristãos.

Por outro lado, foi a diversidade de compreensões teológicas e pastorais e, conseqüentemente, sócio-históricas e políticas, presentes tanto no campo católico como no protestante, que forneceu bases para apoio e colaboração das igrejas com a ditadura militar estabelecida em 1964. O anticomunismo e a subserviência aos chefes no poder estão entre as razões para as atitudes de silêncio, omissão e colaboração explícita com o regime, tanto na reprodução da propaganda ideológica de respaldo ao estado de exceção quanto com denúncias e delações contra membros de seu próprio corpo.

Entre os membros das igrejas cristãs perseguidos pelo sistema repressivo do Estado, estudantes e trabalhadores camponeses e operários foram os mais atingidos por conta do engajamento nos movimentos correspondentes a esses grupos, fruto da compreensão religiosa que os impulsionava a relacionar sua fé a ações concretas pela justiça e pelos direitos humanos. Destaca-se, ainda, na extensa lista de vítimas das graves violações no meio das igrejas cristãs, um significativo grupo de mulheres, o que ressalta a dimensão da violência de gênero também vivenciada nesse segmento.

## **A) A IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA E AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

A história das relações entre o Estado brasileiro e a ICAR é elemento fundamental para a compreensão da sociedade brasileira e suas transformações. No que diz respeito ao golpe de Estado que estabeleceu a ditadura militar, a ICAR cumpriu papel insigne para a legitimação ideológica do processo, bem como, e contraditoriamente, atuou em favor da promoção dos direitos humanos, em situações adversas. O papel legitimador da ICAR estava vinculado à perspectiva anticomunista, muito fortalecida durante as décadas de 1930-1950. Entre 1950-1965, emergiu um conjunto de bispos, sacerdotes e leigos que foram arautos desse anticomunismo, e que terminaram por servir a manobras ideológicas, até mesmo conduzidas com apoio da Central Intelligence Agency (CIA), do governo dos Estados Unidos, como foi

a Cruzada do Rosário em Família, com a presença do padre Patrick Peyton. Essa cruzada, o movimento Sociedade Tradição Família e Propriedade, a presença de bispos integralistas, como o arcebispo de Diamantina (MG) Dom Geraldo de Proença Sigaud, o bispo de Campos (RJ) Dom Antonio Castro Meyer, intelectuais católicos, como Gustavo Corção e Leonildo Tabosa, explicam o apoio que antecedeu imediatamente o golpe, bem como o colaboracionismo que existiu após a instalação da ditadura militar.<sup>1</sup>

Por outro lado, no mesmo período, ocorreu uma série de renovações de práticas pastorais, concepções teológicas e iniciativas litúrgicas que explicam, também, o comprometimento institucional da ICAR com a promoção dos direitos humanos. Tal concepção explica a promoção de uma resistência civil à ditadura e a busca pelo estabelecimento de legítimos processos de democratização. Nesse contexto, foi implantada no Brasil a *nouvelle theologie* [nova teologia], a partir da obra de pensadores católicos, como os padres Yves Congar e Louis-Joseph Lebret, e do filósofo Emmanuel Mounier, que se mesclavam ao diálogo com as descobertas científicas, o humanismo e a perspectiva socializante. Ao mesmo tempo, internacionalmente, se desenvolvia uma teologia conciliar. Um dos seus primeiros impactos foi o estabelecimento das Conferências Episcopais. No Brasil, em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo seu primeiro secretário-geral o então bispo-auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara. Houve, ainda, um momento de expansão de projetos educacionais, com o Movimento de Educação de Base (MEB), que disseminava, sobretudo nas áreas rurais, processos de alfabetização de adultos e de conscientização e organização dos camponeses, em uma reinvenção do sindicalismo rural. Esse “catolicismo radical” apoiou os processos que, na década de 1970, estiveram na origem da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação.<sup>2</sup>

Nos primeiros anos de 1960, após a eleição do Papa João XXIII, a ICAR realizou o Concílio do Vaticano II (1962-1965). Os bispos brasileiros participaram, desde o início, nas sessões plenárias e em grupos de trabalho. O Estado brasileiro, que subvencionava ações eclesiais, como as ações do Serviço de Animação pelo Rádio, que promovia, pelo MEB, as ações educativas nas áreas rurais, também subvencionou a participação do episcopado nas sessões do Concílio. A posição oficial da ICAR, imediatamente após o golpe, foi descrita pelo embaixador brasileiro na Santa Sé Henrique de Souza Gomes. Ele recebeu telegrama, em 2 de abril de 1964, para ouvir a paternal posição do Papa Paulo VI em relação à situação política no Brasil, pelo porta-voz cardeal Angelo Dell’Acqua. O Papa expressou, nas orações daquele dia, que os eventos se desdobrassem sem violência e derramamento de sangue. Posteriormente, o Papa, em visita ao Colégio Pio Brasileiro, elogiou que o movimento tivesse transcorrido sem violência e com civismo, conforme telegrama do embaixador Gomes, de 29 de abril de 1964.<sup>3</sup>

A CNBB, no entanto, teve dificuldade em elaborar uma declaração oficial, imediatamente após o golpe. Uma dos elementos para essa dificuldade foi a repressão que se abateu sobre os agentes pastorais, com detenções arbitrárias e tortura, sobretudo dos agentes de pastoral da Ação Católica (as juventudes católicas agrária, estudantil, independente, operária e universitária) e do MEB. Além disso, algumas congregações, como a dos dominicanos, em Belo Horizonte, tiveram seus conventos invadidos.<sup>4</sup> Apareceram declarações regionais, no Nordeste e no Centro Oeste, reivindicando o respeito aos direitos humanos para todos, em particular para os agentes de pastoral. A declaração oficial, datada de 29 de maio de 1964, fruto de debate interno entre bispos integralistas anticomunistas, como Dom Sigaud e Dom Castro Mayer, e os que se pronunciavam preocupados com a garantia dos direitos humanos, como Dom Helder Câmara, era híbrida. Falava em favor do golpe incruento contra o comunismo e se declarava preocupada com a defesa dos direitos humanos.<sup>5</sup>

De certa forma, a ditadura militar cindiu o episcopado brasileiro. Uma parcela, que foi hegemônica, pôde protagonizar a defesa, promoção e garantia dos direitos humanos, um projeto de desenvolvimento social inclusivo e o respeito aos povos tradicionais, em especial os indígenas e camponeses.

Essa postura foi fortalecida na década de 1970, com a emergência da Teologia da Libertação e com a formação da rede de CEB. Isso permitiu que a sociedade tivesse na ICAR a esfera apropriada para a organização e mobilização das classes subalternas em suas lutas por direitos (moradia, trabalho, salário digno, entre outros). Essa forma de organização tinha o contraponto de outro conjunto de bispos, que entendiam que as ações repressivas, que violavam os direitos humanos, poderiam ser justificadas. Esse setor se aproximou de forma colaboracionista ao regime, até mesmo delatando agentes de pastoral, clérigos e leigos, como o fez Dom Sigaud, em palestra para o Estado Maior do Exército, no ano de 1970.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, a partir de 1968, iniciou-se o processo de constituição da seção brasileira da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), que começou suas atividades em 1971. A partir daí, foram criadas as comissões estaduais, entre elas a CBJP de São Paulo.<sup>7</sup>

### 1. ASPECTOS GERAIS DA PERSEGUIÇÃO ESTATAL

Desde o início do golpe, houve perseguições a agentes de pastoral, clérigos e leigos da ICAR. Decerto havia uma “concordata moral”, que incluía subvenções a atividades de serviço público que a Igreja prestava à sociedade brasileira (o MEB, por exemplo), e a representações internacionais (a participação dos bispos no Vaticano II, por exemplo). O *modus operandi* do Estado era de caráter persecutório. O acompanhamento diligente foi seguido de perseguição a muitos membros do clero, como a invasão do convento dos dominicanos, em Belo Horizonte, em abril de 1964, e também a leigos. A vigilância e perseguição se deram de forma continuada, houve períodos de aumento da tensão, envolvendo, também, elementos de acomodação e colaboração.

O Estado de segurança nacional do regime militar entendeu que a ICAR era um dos seus inimigos públicos. A Igreja era entendida como um aparato moral da sociedade, que poderia ser instrumento do poder ou do contrapoder. Há uma análise desse contrapoder em documento de 30 de agosto de 1966, do Centro de Informações do Exército (CIEX), com avaliação A-1, com índice: “Frente religiosa. Infiltração esquerdista no Episcopado brasileiro”.<sup>8</sup> Esse documento faz uma análise da atuação de 60 bispos, dos quais 30 “oferecem indício de simpatias esquerdistas, e revelam hostilidade à revolução”, 16 “são francamente esquerdistas”, e os outros 14 são menos radicais “e recuperáveis”. O conjunto de dossiês sobre os bispos, os acompanhamentos a atividades litúrgicas, enfim, o uso do aparato da comunidade de inteligência para acompanhar pessoas e atividades da ICAR era parte do pânico que a ditadura militar tinha em relação a setores da sociedade considerados inimigos do Estado.

As listas e as avaliações denotam a preocupação da comunidade de informações em qualificar as tendências políticas do episcopado, quer pela capacidade de organização no interior do país, quer pela repercussão internacional de sua capacidade de interação. Isso resultou em diferentes modalidades de atuação do Estado ditador contra a ICAR. O dossiê elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), de 1988, traz uma lista de 12 formas de ataque:

1. ataques difamatórios: ataques verbais ou feitos através da imprensa, à Igreja, a pessoas de igreja;
2. invasões: cercos, devassas, busca e apreensões, espionagem na intimidade de residências e reuniões de Igreja;
3. prisões: todo tipo de detenção, por horas, dias, meses ou anos;

4. tortura: atentou-se, sobretudo, para a referência explícita a maus tratos físicos e/ou psicológicos;
5. mortes: por assassinato, por “suicídio” em consequência de tortura, em tiroteio de rua; ameaças de morte, em diversas circunstâncias;
6. sequestros: casos de desaparecimento forçado de bispos, sacerdotes e cristãos engajados na pastoral, que ficaram sem explicação, mesmo quando as pessoas em questão reapareceram;
7. processos: contra bispos, sacerdotes, religiosos e grupos de cristãos;
8. intimações: pessoas foram obrigadas a comparecer para apenas prestar depoimento, havendo implicações jurídicas ou não;
9. expulsões: do país, dos locais de trabalho, por decreto, processo ou pressão; ameaças de expulsão e banimentos de sacerdotes e religiosos;
10. censura: a jornais, revistas, emissoras, correspondência explicitamente da Igreja e as violações de bagagem;
11. proibições: impedimento de publicações, de trabalhos de base, a convites a autoridades da Igreja, e das funções pastorais;
12. falsificações: de publicações, de cartas, ou da identificação de pessoas.<sup>9</sup>

## 2. CENSURA E USURPAÇÃO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Assim como a ditadura militar exerceu fortemente a censura à imprensa e a todos os meios de comunicação, ela o fez também com os meios de comunicação da ICAR. Esta pesquisa não se deteve nas modalidades de censura aplicadas, nem nos conteúdos censurados. A abordagem é qualitativa, em relação aos meios perseguidos. Dada a extensão das dioceses no Brasil não é uma análise exaustiva. Procura-se, entretanto, oferecer uma visão abrangente de como se operou a censura e a eliminação de meios de comunicação de uma rede de imprensa católica que produzia boletins das dioceses, revistas de grupos e congregações católicas, folhetos e impressos, documentos oficiais das dioceses, arquidioceses e prelazias, além da rede nacional de rádios católicas (que tinha função educativa). Com toda essa extensão, a atenção da pesquisa recaiu sobre alguns casos específicos: os jornais *Brasil Urgente* e *O São Paulo*, além da *Rádio 9 de Julho*, e da *Rede Nacional de Emissoras de Rádio Católicas* (RENEC).

O *Brasil Urgente* circulou de 17 de março de 1963 a 31 de março de 1964, sendo uma das primeiras vítimas da saga censural.<sup>10</sup> Circularam 55 números, em formato tabloide, de 20 páginas cada um, como um semanário. Entre seus colaboradores, havia intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Fabio Konder Comparato, cartunistas como Claudius Ceccon. O jornal foi uma iniciativa do frei dominicano Carlos Josaphat que, a partir da greve dos operários da fábrica de cimento Portland, de Perus (SP), percebeu a necessidade de um veículo que noticiasse e refletisse os interesses dos trabalhadores. O jornal chegou a circular com 60 mil exemplares, com a venda de 80% de sua circulação.

Frei Josaphat foi expurgado pelas forças conservadoras do catolicismo nacional, sendo enviado para a França, “pois a sua ausência do Brasil era desejada pelos ‘preparadores do golpe de 64’”<sup>11</sup>. Em fevereiro, no exemplar de nº 47, o jornal denunciou o apoio dos Estados Unidos ao golpe que se prenunciava no Brasil. O último número estampou na capa: “Fascistas preparam golpe contra Jango”. Os militares determinaram o fechamento do *Brasil Urgente*.

*O São Paulo* não foi fechado, mas é o caso mais grave de censura a um semanário católico e diocesano. O jornal foi fundado em 1956, pelo bispo Dom Carlos Carmelo Cardeal de Vasconcelos Motta. Durante o regime militar, 89 artigos e partes de artigos foram censurados. Uma parcela dos artigos censurados fazia referência à tortura e à causa operária. As colunas em que esses artigos apareceriam eram publicadas em branco. O governo avaliou que isso seria motivo de reflexão e exigiu que algo se publicasse no lugar, como anúncios, salmos e receitas de bolo. O semanário destinava-se a analisar os acontecimentos à luz da doutrina social da Igreja. Sob a condução do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, *O São Paulo* chegou a ter 50 mil exemplares.

O semanário também estava a serviço da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Esses elementos deixavam o jornal sob a mira dos órgãos de repressão. Para atingir *O São Paulo*, não era suficiente, para a ditadura, apenas a censura, por isso, em agosto de 1982, o jornal foi falsificado em uma gráfica de Minas Gerais.<sup>12</sup> Para esse trabalho, a gráfica havia recebido 10 mil cruzeiros e houve uma encenação entre os DOPS para que os solicitantes do serviço fossem ouvidos. Nada foi feito. Todo tipo de estratégia em torno da política da censura e deturpação da comunicação desenvolvida pelos católicos que defendiam a justiça social parecia ser válida.

A Arquidiocese de São Paulo teve ainda outro golpe em relação aos seus meios de comunicação, a *Rádio 9 de Julho*. Ela fora criada em 1953, passando a operar oficialmente, sob a liderança de Dom Agnelo Rossi, em março de 1956. Durante a década de 1970, sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns, e cumprindo o papel de estar a serviço da sociedade e da Igreja, a rádio transmitia informações nos mesmos moldes das noticiadas pelo jornal *O São Paulo*. Um dos programas impactantes era o “Encontro com o Pastor”, no qual Dom Paulo difundia a luta em favor dos direitos humanos. Uma das campanhas que gerou furor do regime de repressão foi a “Operação Periferia”, que coincidia com o movimento de moradia da cidade de São Paulo. Em 1973, sob o governo de Médici, os transmissores da rádio foram lacrados e o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) cassou a concessão. Somente a partir de 1985 foi possível o processo de reabertura da rádio.

Caso especial é o da Rede Nacional de Emissoras Católica (Renec) e a execução do MEB. A Renec foi criada em 1958, reunindo 32 emissoras de rádio católicas, na maioria do Sul do país. O papel educacional dessas emissoras foi destacado desde o início. A partir de 1964, após o golpe militar, inicia-se um esgotamento financeiro do MEB, que tem o sistema reduzido. Entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964, as escolas radiofônicas foram restringidas em quase um quinto, com diminuição crescente. Depois do golpe, os camponeses perderam o interesse pela escola, porque ela acontecia antes ou depois de *A Voz do Brasil*, programa radiofônico dos três poderes da República, de difusão obrigatória. Isso significava que a participação dos estudantes era impossibilitada pelo horário.

### 3. PERSEGUIÇÃO E MORTE DE AGENTES DE PASTORAL SOLIDÁRIOS COM A POPULAÇÃO RURAL E INDÍGENAS

A ICAR se tornou praticamente o único espaço de solidariedade com camponeses e indígenas. A situação descrita em Pernambuco era refletida em todo o país, como relata o padre Antonio Canuto:

Em 1963, era a grande campanha pela Reforma Agrária. Então, para barrar a Reforma Agrária o golpe foi dado. E a repressão contra as Ligas Camponesas, de Trombas e Formoso, de vastos movimentos camponeses foi muito grande. Aí, a partir de 1966, o grande projeto do governo era a ocupação da Amazônia, e, para a ocupação da Amazônia, foram dados incentivos fiscais a todos os empresários brasileiros que quisessem investir na Amazônia, 50% do imposto de renda devido poderia ser aplicado na Amazônia, por isso a Amazônia, sobretudo, aquela região entre o Araguaia e o Xingu, foi ocupada: bancos, empresas, indústrias e tal... foram ocupando grandes áreas, em cima de áreas indígenas, em cima de pequenos povoados de posseiros. Para fazer o trabalho de derrubada, dessas fazendas todas, que iam criar gado, tinham que trazer gente de fora. Foram trazidos os peões, que foram submetidos a situações semelhantes à escravidão.

Em 1968, Pedro Casaldáliga chega para iniciar o trabalho naquela região, onde está a Prelazia de S. Félix do Araguaia, e, em 1971, ele é ordenado bispo. E nessa ocasião da ordenação de bispo, ele publica a Carta Pastoral Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Essa carta que denuncia, dando nome aos bois, dizendo quem é que estava ocupando terras indígenas, expulsando as famílias de posseiros e escravizando aos peões que vinham de outros lugares para a região. Foi a primeira voz da Igreja que se fez forte nessa denúncia, e que provocou, também, todo um processo de repressão. Com esse grito se descobriu que essa mesma realidade se repetia no Pará, no restante do Mato Grosso e em outros lugares do país. E por isso que, em 1975, convocados pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, foi feita uma reunião dos bispos e prelados da Amazônia, em Goiânia, e nessa reunião uma das decisões foi a criação de uma Comissão de Terras, que se tornou a Comissão Pastoral da Terra, para acompanhar esses conflitos que havia na Amazônia toda e que se estendeu para o resto do Brasil.

Esse trabalho teve consequências muito sérias, lá na Prelazia de São Félix, em 1972, 1973, teve uma repressão muito grande, teve a prisão de dois líderes camponeses e cinco agentes de pastoral, foram levados e torturados. [...] A gente vê que os problemas estavam pipocando para todo lado.<sup>13</sup>

Esse relato oferece um retrato de como essa solidariedade eclesial aos camponeses teve um alto custo à ICAR. Recorde-se que, simultaneamente, o movimento religioso católico Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade organizou campanhas contra a Reforma Agrária. Emergiram ações de defesa de direitos de populações ribeirinhas, afetadas pelas construções de barragens. Foi concretizada, a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no final dos anos de 1970, em função das barragens de Balbina, no Sul, e de Sobradinho, no Nordeste. Esses enfrentamentos se deram em função de um projeto de desenvolvimento que não era conciliado com o respeito pelos povos tradicionais e pelo direito das populações camponesas. Nesse contrapé estava o setor eclesial em favor dessas populações, e essa atuação se tornou uma ação institucional da CNBB.<sup>14</sup>

As questões da terra e indígenas eram pontos nevrálgicos para a ditadura militar, tanto pela expansão da fronteira agrícola, como pela afirmação do domínio territorial da Amazônia pelas Forças



Armadas. A defesa das populações indígenas era outro elemento da atividade pastoral da ICAR. Destacam-se, portanto, alguns dos elementos dessa atuação e seus efeitos sobre religiosas, religiosos, sacerdotes e indígenas. Há relatos de assassinatos de missionárias/(os) e de extermínio de povos indígenas. Nem os nomes das/(os) missionárias/(os) constam da lista oficial de mortos e desaparecidos, nem os indígenas que sofreram genocídio estão ainda tratados como desaparecidos políticos.<sup>15</sup>

Houve invasões a áreas de missões, como as ocorridas, em 1976, na aldeia Meruri, do povo Bororo, atendida por uma missão da ordem dos Salesianos, por ocasião de uma disputa fundiária. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os salesianos vinham experimentando boa circulação com o governo militar, tendo recebido doações do governo estadual do Amazonas, em 1965. O padre Rodolfo Lukenbein e o índio Simão foram assassinados em 15 de julho de 1976.

A Irmã Cleusa Rody Coelho, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, foi assassinada, às margens do rio Pacιά, Prelazia de Lábreas, em 28 de abril de 1985, por conta de sua atividade com os indígenas Apurinás. Morte brutal, segundo a perícia:

Os exames médicos realizados no hospital revelaram a brutalidade com que tinha sido assassinada: muitas costelas quebradas, o crânio fraturado, o braço direito parcialmente separado do corpo, por instrumento cortante (talvez um terçado); havia fratura na coluna vertebral; pedaços de chumbo no tórax e, especialmente, na região lombar, indicavam que tinha levado um tiro de espingarda. A sua mão direita não foi encontrada.<sup>16</sup>

Em 24 de julho de 1985, o padre Ezequiel Ramin, de origem italiana, ligado aos Missionários Combonianos, foi assassinado por latifundiários apoiados pelo regime militar, devido ao trabalho que realizava com camponeses e indígenas em Rondônia.

O padre Vicente Cañas, da ordem dos Jesuítas, que trabalhava com o povo Enauenê-Nauê, foi assassinado em 6 de abril de 1987. O corpo foi deixado em sua casa, onde foi encontrado 40 dias após sua morte. Entre os assassinos, conforme os autos, está indiciado o delegado da cidade de Juína, Ronaldo Antonio Osmar. Houve julgamento sem condenações ou detenções dos executores do crime.

Um dos casos mais trágicos foi o genocídio perpetrado na missão com o povo Waimiri-Atroari. O ex-secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Egydio Schwade fez a denúncia. Ele afirma que “os índios Waimiri-Atroari são desaparecidos políticos, como os demais que desapareceram no rio Araguaia” e que o processo de construção da BR-174 os dizimou.<sup>17</sup> O bispo da Diocese de Goiás Dom Tomas Balduíno relata:

Primeiro era o SPI [Serviço de Proteção ao Índio], depois foi mudado, corrupção, e tal, entrou a Funai. O nosso relacionamento com os índios, em geral era através disso ou passava necessariamente por esse caminho. A ordem que vinha de cima era impedir a presença de missionários entre os índios. Isso aconteceu em várias aldeias, inclusive em São Félix. Dom Pedro estava proibido de ir visitar os Tapirapé. Desci lá uma vez, de forma clandestina, o avião reduzido, o motor bem silencioso, um índio Tapirapé descobriu e disse para a mãe dele, ó, é Dom Tomás. Fui levando Dom Pedro, para então entrar em contato... Isso não impediu, a Funai não tinha a mesma força que o Exército. O padre Antonio Iazzi, missionário jesuíta, até hoje tem um arquivo que fala sobre ele, no Brasil de Fato, o Egidio fala... é um dos fundadores do CIMI, foi primeiro secretário do CIMI, está atualmente com 94 anos. Ele simplesmente chegava na aldeia e falava, olha eu aqui [...] Havia uma

tensão interna, briga, entre os dois posicionamentos de igreja, desde a fundação do CIMI. O padre Angelo Viturelli foi o primeiro presidente do CIMI, salesiano. Acabou abandonando o cargo por não concordar com a nova linha da missão, o Egydio e o padre Antonio Iazzi. [...] Rodolfo [Lukenbein] era membro do CIMI e mesmo salesiano havia recebido toda informação e uma nova linha de pastoral indigenista, onde o índio não é objeto da ação caritativa dos padres, mas tem sua própria linha, ação. [...]. O padre Rodolfo foi assassinado porque estava cooperando com a demarcação da terra dos Bororo [...]<sup>18</sup>

As questões camponesa e indígena tinham relação direta com o projeto de desenvolvimento que era ensejado pelos governos militares. Como a ICAR desenvolvia uma pastoral em favor da promoção humana e da justiça social, entendia que o desenvolvimento precisava estar apoiado no desenvolvimento das comunidades e dos seres humanos, como preconiza a Carta Encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, e se ateu à defesa dos direitos das populações. Com isso, tornou-se um elemento destoante para os planos do regime.

#### 4. DETENÇÕES ARBITRÁRIAS, SEQUESTRO E TORTURA DE AGENTES DE PASTORAL, LEIGOS E CLÉRIGOS

Os enfrentamentos do Estado contra a ICAR se intensificam a tal ponto que até os bispos ficaram sob a mira da ditadura. Essa tensão se acirrou na década de 1970.

O caso da detenção do bispo da Diocese de Santo Ângelo (RS) Dom Aloísio Lorscheider é ilustrativo dos limites que a tensão entre Estado e ICAR alcançou, já que ele era, à época (1970), o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).<sup>19</sup> O bispo estava no Rio de Janeiro quando forças do Exército invadiram o Centro de Estudos dos Jesuítas, então coordenado pelo padre Bastos Ávila. Ocorria, naquela ocasião, um encontro de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC), no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), para onde Dom Aloysio deveria ir. O bispo ficou incomunicável, detido pelo comandante da operação, por quatro horas. Na operação foram detidos também, arbitrariamente, entre outros, os integrantes da JOC, padre Agostinho Pretto, padre Mario Pringol (missionário da ordem Salentina), casal Ferreirinha e Irony (grávida de seis meses). Os bispos da CNBB percorreram vários corredores da ditadura para obter informações sobre o destino dos detidos. A situação foi considerada de alto constrangimento, e se resolveu somente por intervenção das autoridades militares do I Exército no Rio de Janeiro.

Dom Pedro Casaldáliga foi detido juntamente com a equipe de clérigos na igreja catedral da Prelazia de São Félix do Araguaia, em 1973. Isso ocorreu logo após o acirramento da situação com a fazenda da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara), que será relatada adiante. Enquanto militares faziam busca e apreensão de posseiros de Santa Terezinha e de agentes de pastoral, toda a equipe de clérigos da diocese, que era composta de uma dezena de padres, mais o bispo foram detidos na catedral para interrogatório. Dom Pedro chegou a receber um soco no estômago desferido por um dos soldados. As tensões em São Félix aumentaram com o passar dos anos, levando, em 1976, à detenção de três mulheres, das quais duas eram companheiras de posseiros (Yolanda Eloiza dos Santos e Santana Rodrigues Barbosa) e uma, irmã e tia de posseiro (Margarida Barbosa dos Santos). Elas sofreram torturas e sevícias na delegacia de Ribeirão Cascalheira, para onde Dom Pedro Casaldáliga e o padre João Bosco Penido Burnier se dirigiram. Nesse episódio ocorreu o homicídio do padre João Bosco, que será relatado adiante.<sup>20</sup>

De igual forma, foram constrangedoras as detenções do bispo da Prelazia de Marabá (PA), Dom Alano Pena, e do bispo de Conceição do Araguaia, Dom Estevão Avelar, em 1976. Os dois foram detidos e interrogados por terem defendido posseiros da região, a mesma onde ocorrera a Guerrilha do Araguaia. Dom Estevão havia denunciado o uso de Napalm em ataques, que afetou a vida dos camponeses e ribeirinhos da região diretamente. Anteriormente, naquele ano, devido a conflitos agrários, vários posseiros na região haviam sido presos e torturados. Em um dos confrontos, dois policiais militares foram mortos. A repressão se acentuou. Os padres Florentino Maboni e Hilário Costa procuraram tranquilizar os posseiros e, em 24 de outubro de 1976, também foram presos e torturados. Hilário foi libertado em 8 de novembro de 1976, porém Maboni foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e foi transferido para uma prisão em Belém (PA), em 12 de novembro, onde ficou 27 dias incomunicável. Foi diante desses fatos que detiveram e interrogaram os bispos. Dom Estevão Avelar foi indiciado pelo assassinato dos policiais militares.<sup>21</sup>

Em 1967, ocorreu a detenção do bispo da Diocese de Volta Redonda (RJ), Dom Waldir Calheiros, como consequência da prisão de quatro agentes de pastoral que distribuía panfletos sobre a carestia. Na noite e madrugada de 5 para 6 de novembro de 1967, ocorreu o fato, conhecido como “Caso Judica” (Juventude Diocesana Católica). Natanael José da Silva e Jorge Gonzaga, dirigentes da Judica, o diácono francês Guy Thibault e o seminarista Carlos Rosa saíram com a Kombi da diocese distribuindo folhetos sobre o tema da carestia. Um folheto caiu sobre o para-brisa do jipe da Polícia do Exército que fazia a guarda – a Companhia Siderúrgica Nacional e sua região eram consideradas áreas de segurança nacional, tendo sido criado o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), na cidade de Barra Mansa (RJ), para manter a região sob vigilância. Os quatro jovens e a Kombi foram detidos (Thibault foi expulso do país, como será relatado adiante). Em seguida, ocorreu a invasão do bispado, para retirar livros considerados subversivos dos quartos dos jovens detidos, entre os quais uma cópia da *Doutrina Social da Igreja*. Dom Waldir Calheiros escreveu uma carta ao comandante do 1º BIB, publicada no *Jornal do Brasil*, em 14 de novembro de 1967. Além da carta, o bispo procurou o coronel Armênio Pereira. O militar manteve Dom Waldir no quartel por várias horas, sem permitir que o bispo falasse com os jovens. Nada disso intimidou o bispo de Volta Redonda em sua luta pela justiça, como ele mesmo relata:

O coronel me recebeu muito bem, fez questão de me mostrar todo o quartel, me convidou para almoçar, mas ainda não tinha respondido à pergunta que me fez ir até lá: se tinha alguém preso ali. Eu disse que, se essas pessoas tivessem sido detidas porque trabalhavam comigo, que eu também ficaria por lá. O coronel, muito contrariado, chamou o procurador de Barra Mansa, na tentativa de me fazer mudar de ideia.<sup>22</sup>

O relato do sequestro do bispo da Diocese de Nova Iguaçu (RJ), Dom Adriano Hipólito, oferece uma visão de como a ditadura militar operava por meio de agentes oficiais e oficiosos. Dom Adriano atuava, desde 1966, como bispo dos pobres na região da Baixada Fluminense. Suas ações pela organização operária e pelo movimento de bairros explica a perseguição imposta pela ditadura contra ele e a diocese.<sup>23</sup> Em 1978, o bispo iniciou a Comissão de Justiça e Paz, da Diocese de Nova Iguaçu.

Dom Adriano foi sequestrado por homens encapuzados e deixado no mesmo dia, no bairro de Jacarepaguá (Rio de Janeiro), nu, com pés e mãos amarrados, banhado de mercúrio cromo, seviciado. O carro do bispo foi explodido em frente à sede da CNBB, no bairro da Glória (Rio de Janeiro), horas depois. Eis o depoimento de Dom Adriano sobre o sequestro:

A primeira [coisa] que fizeram foi tirar toda a minha roupa, deixando-me inteiramente nu. Aí então tentaram enfiar-me na boca o gargalo de uma garrafa de cachaça. Senti nos lábios o gosto e resisti. Não insistiram, mas um derramou a cachaça no capuz. Senti-me asfixiar e cai no chão estrebuchando. Pensei que ia perder completamente os sentidos, mas aos poucos me recuperei. Eu estava deitado, no lado esquerdo, num chão irregular de pedras e gravetos. E uma distância de 50-100 metros ouvia-se passar algum carro, devíamos estar assim perto de uma estrada. Começaram os insultos e provocações. Outro me disse: “Chegou tua hora, miserável, traidor vermelho. Nós somos da Ação (não me recordo se disseram Ação, Aliança ou Comando) anticomunista brasileira e vamos tirar vingança. Você é um comunista traidor. Chegou a hora da vingança para você, depois é a hora do bispo Calheiros de Volta Redonda, e de outros traidores. Temos a lista dos traidores”. Depois acrescentou: “Diga que é comunista, miserável”. Ao que respondi: “Nunca fui, não sou, nem serei comunista. O que fiz foi sempre defender o povo”. De vez em quando me davam pontapés. A certa altura ouvi, numa distância que calculo de 20 metros aproximadamente, a voz de Fernando [o motorista do carro do bispo] que gritava: “Não façam isso comigo, eu não fiz nada”. Tive a impressão de que estavam batendo nele. Resolvi então falar: “Deixem o rapaz, ele não tem culpa de nada. O que foi que ele fez?”. Repeti ainda outra vez estas ou palavras semelhantes. Alguém retrucou: “Que nada! Quem ajuda comunista é comunista”. Começaram a lançar spray no meu corpo. Eu sentia o borrifar e o frio do spray. Tinha um cheiro acre. Pensei que iam me queimar. Depois me disseram duas vezes: “O chefe deu ordem para não matar. Você não vai morrer, não. É só para aprender a deixar de ser comunista”. Houve um silêncio mais prolongado e deram ordem de entrar novamente no carro. A cena tinha durado entre 30 a 40 minutos. Empurraram-me, todo nu, para dentro do carro, novamente no banco traseiro. Sempre encapuzado e algemado. Fizeram-me aca-chapar ao máximo no banco, sempre às custas de pancadas, depois colocaram por cima de mim umas tiras do que acho que tinha sido minha batina. O carro arrancou. [...] Nu e atado fiquei na calçada. Era uma rua ajeitada, com pouca luz, lembrando alguns bairros de Nova Iguaçu. Na casa defronte, uma luz fraca saía da janela. Tentei desamarrar a corda, mas os nós estavam muito apertados. [...] Eram cerca de 21h45. Juntaram-se alguns homens que me perguntaram o que aconteceu. Tento explicar. Não entendem os nomes das ruas e dos bairros. Pergunto então: “Em que bairro de Nova Iguaçu a gente está?”. Achrom certa graça e respondem: “O senhor está em Jacarepaguá”. Perguntam ainda se estou ferido. Eu descubro que o spray me deixou todo vermelho [...].<sup>24</sup>

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro o torturador confesso, que integrou o CIEEX, coronel Reformado do Exército Paulo Malhães, declarou que o também coronel reformado do Exército, na época capitão, José de Ribamar Zamith fora o responsável pelo sequestro:

CEV-RJ – O Zamith é acusado de ter sido quem sequestrou o bispo de Nova Iguaçu.

Malhães – Pode ter sido mesmo, ele era pirado mesmo.

CEV-RJ – Depois o pintou todo de vermelho...

Malhães – É isto mesmo. Foi ele mesmo (ri).<sup>25</sup>

Importa registrar que o movimento Tradição Família e Propriedade emitiu nota repudiando o sequestro do bispo, como ato sacrílego. A CNBB emitiu nota semelhante, no que tange ao ato sacrílego, porém os bispos de São Paulo chamaram a atenção para o fato de os cristãos sofrerem injúrias quando seguem a Cristo. Afirmaram, ainda, os prelados de São Paulo, que a solicitude dos cristãos, bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, está dirigida à defesa da pessoa humana e de sua dignidade, e que ameaças não apagariam essa perspectiva.

As violências contra a diocese e o bispo permaneceram. De 8 para 9 de novembro de 1980, foram feitas pichações na Catedral de Nova Iguaçu, também na Igreja de Santa Rita, que diziam ser ali sede do partido comunista. Na reunião do clero, no mês de dezembro, vários sacerdotes declararam ter recebido ameaças de atentados, por telefone. Finalmente, em 20 de dezembro, o sacrário da Catedral de Santo Antônio, o padroeiro de Nova Iguaçu, foi explodido. Apesar das perícias do DOPS e da DGIE do RJ, nenhuma providência foi tomada. O atentado feria o sentimento religioso, porque, na interpretação dos cristãos romano-católicos, o atentado era contra Jesus Cristo.<sup>26</sup> As igrejas da diocese ficaram fechadas em 23 de dezembro, primeiro domingo após o atentado ao bispo. Ao mesmo tempo, houve uma passeata de desagravo, que reuniu 10 mil pessoas e contou com a presença de representante da CNBB, OAB, ABI e várias outras instituições solidárias com as lutas populares e da diocese de Nova Iguaçu.

Havia registros, por parte do Exército, sobre “atividades subversivas” de padres, com registro de detenções. Um relatório, datado de 28 de março de 1969, apresentou um balanço sobre os inquéritos policiais militares contra padres e leigos, no qual se pode ler o seguinte balanço estatístico<sup>27</sup>:

#### RELATÓRIO Nº 2 (SITUAÇÃO ATÉ 28 de abril de 1969)

(...)

#### 2. DADOS GERAIS

##### a. Estatística de pessoal

- Pessoas interrogadas:

Padres = 16 ; leigos = 22

- Pessoas indiciadas

Padres = 10; leigos = 7

##### b. Testemunhas:

Padres = 5; leigos = 7

Interrogatórios feitos = 66

c. Estatística de documentos

Apreendidos = 733

Dom Diligências

Buscas =21

- Prisões para averiguações = 3

Prisões preventivas = 4

Pe. MICHEL. MARIE LE VEN

Pe. FRANÇOIS MARIE XAVIER BERIOU

Pe. HERVÉ GROGUENEC

Diacono JOSÉ GERALDO DA CRUZ

Com a inexistência de elementos estatísticos consubstanciados, apresentamos os dados parciais do dossiê do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) sobre prisões de leigos e clérigos entre 1968-1978<sup>28</sup>:

TABELA 1: PRISÕES DE CRISTÃOS ENGAJADOS NO TRABALHO PASTORAL

ANO	TOTAL DE DETENÇÕES
1968	57
1969	25
1970	49
1971	11
1972	6
1973	11
1974	16
1975	3
1976	85
1977	6
1978	4
Total	273

Fonte: Dossiê CEDI, 1978.

Os registros de Márcio Moreira Alves oferecem uma visão geral de como o regime procedeu em relação à ICAR, em seus primeiros atos nos anos de 1964-1966<sup>29</sup>. A obra relata casos como a prisão e tortura do padre Francisco Lage, assessor da Juventude Estudantil Católica (JEC), em Belo Horizonte, na Paróquia da Floresta (entre seus discípulos, conta-se Herbert de Souza, o Betinho). O padre Lage foi preso em Brasília, em 14 de maio de 1964, sofreu tortura e, sob pena de banimento em processo da justiça ditatorial, foi exilado no México. Houve vários outros casos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro

e em Recife, em que agentes de pastoral da ICAR eram alvos de ações repressivas. O padre Michel Le Ven, por exemplo, foi preso em 22 de agosto de 1968, na paróquia em que atuava com o diácono José Geraldo da Cruz, em Belo Horizonte. A acusação era que ele dirigia grupos de guerrilha. Preso pela 4ª Região Militar, foi posto em liberdade quase sete meses depois, em 6 de fevereiro de 1969. Em 1971, foi instaurado processo de expulsão do padre Le Ven.<sup>30</sup> O período inicial, portanto, já era de repressão e perseguição a agentes de pastoral que eram considerados disseminadores do comunismo.

O caso dos dominicanos: em 4 de novembro de 1969, houve a detenção dos frades dominicanos em São Paulo, em ação dos agentes da repressão que resultou: no assassinato do líder da Aliança de Libertação Nacional (ALN), Carlos Marighela; nas prisões por quatro anos, permeada por torturas, dos frades Carlos Alberto Libaneo Christo (o frei Betto), Fernando Brito, Ives Lesbaupin e Roberto Romano; na prisão com torturas, por período menor, do frei Maurício (João Valença); na expulsão do padre Giorgio Callegari; na prisão com torturas, em 1971, que resultaram em traumas que levaram o frei Tito de Alencar Lima ao suicídio, quando exilado (1974).

O processo de participação dos frades no apoio à ALN foi o que provocou a prisão. Essa relação foi identificada pelas forças da repressão, devido ao fato de os religiosos dominicanos (mais diretamente frei Tito) terem intermediado a cessão de um sítio em Ibiúna, para realização de assembleia da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa reunião de estudantes foi fortemente reprimida e resultou na prisão e tortura de muitos deles. O caso da prisão, tortura e morte de frei Tito se revelou mais dramático, pois tendo sido barbaramente torturado na prisão, junto com os outros dominicanos aqui citados, chegou a tentar o suicídio ainda nas dependências do DOI-CODI. Foi deportado para o Chile e mais tarde se exilou na França, onde morreu.

O padre Antonio Canuto registrou em depoimento à CNV, o caso de Laercio Bastos dos Santos, um ex-seminarista da ordem dos Claretianos, que dava aulas de religião no Colégio Claretiano, em Guarulhos (SP):

Um coronel que tinha os filhos estudando no colégio denunciou que ele estava fazendo subversão nas aulas de religião. Ficou preso por um ano. No período que ficou preso, eu [como padre claretiano] fui visitá-lo. Até o padre Giorgio Callegari me pediu para divulgar a greve de fome que eles iam fazer...<sup>31</sup>

Na Prelazia de São Félix do Araguaia várias prisões e torturas ocorreram na década de 1970. Os fatos chegaram ao extremo do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier.<sup>32</sup>

O agente de pastoral na Prelazia José Pontim, eleito prefeito de São Félix do Araguaia em 1982, relata a situação de conflito na região, em 1973, provocadora de ações repressivas contra agentes da ICAR:

Acontece que chegando aqui, a situação já estava em um clima bastante tenso, em janeiro de 1971. A situação de conflito era mais tensa em Santa Terezinha, relação entre posseiros e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara). Fui para lá com o padre Jentel. (...) Jentel foi preso antes do que nós, só que ele ficou na Polícia Militar e nós ficamos na Polícia do Exército, 14ª RM em Campo Grande (MT). (...) A fazenda (Codeara) invadiu a primeira vez, em 10 de fevereiro, e destruiu (a escolinha, o ambulatório). Aí, novamente, os posseiros resolveram se entrincheirar e fazer as obras de reconstrução. Ficaram lá com espingardas, essas espingardinhas de carregar pela boca, sem nenhuma arma pesada. Aí, no dia 3 de março, pelas 15 horas, desceram vários carros da fazenda, com o capitão Euro – esta-

va lotado em Barra do Garças, mais o gerente da fazenda... o pessoal desceu lá e deu ordem de prisão. Quando deu ordem de prisão, os posseiros recuaram e partiram para o tiroteio... o gerente-geral da Codeara foi ferido na cabeça, perdeu a vista. E eles fugiram. Deixaram o jipe lá, com rádio, uma bereta... e já pediram, pelo rádio, a prisão de alguns membros da prelazia: Jentel, Francisco, Rosa, Altair, lá estava também a Terezinha, Tadeu, Scami, padre Antonio Canuto e tinha mais uma moça que trabalhava na missão. Eles cercaram uma casa, com metralhadora para todo lado – dois dias depois. [...] Ficamos na casa da prelazia, que fica num morro. Os posseiros foram se esconder perto da missão. No outro dia, a gente teve notícia que vinham forças do Exército para prender os posseiros. [...] <sup>33</sup>

O caso resultou na expulsão sumária do país do padre francês François Jentel, depois de julgado e condenado pela prática de crime contra a segurança nacional, pela Justiça Militar, em primeira instância, e examinado pelo Supremo Tribunal Militar, que se considerou incompetente para julgar o recurso do religioso, por entender inexistir crime contra a segurança nacional, como será relatado a seguir.

Em 27 de janeiro de 1970, ocorreu a detenção do padre Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadini, auxiliares de Dom Paulo Evaristo Arns, na Arquidiocese de São Paulo. Policiais invadiram a sede da arquidiocese e encontraram, de posse dos dois agentes de pastoral, um estêncil com denúncias de detenções arbitrárias de operários na cidade paulista de Mauá. Os dois foram levados ao DOPS-SP. Dom Paulo Arns foi visitar seus auxiliares na prisão e constatou que eles haviam sido torturados. Imediatamente denunciou ao governador do estado, Roberto Costa de Abreu. O governador recomendou que se levassem médicos para examinar os presos, mas eles tiveram acesso impedido. Diante disso, Dom Paulo decidiu denunciar publicamente o caso por meio do editorial do jornal *O São Paulo*. Diz a nota:

Como arcebispo de São Paulo tenho o direito e o dever de informar:

1. Nem o padre Giulio Vicini, nem a senhora Yara Spadini podem ser considerados subversivos antes de serem julgados por um tribunal competente que lhes garanta amplamente o seu direito de defesa.
2. O padre Vicini, como a senhora Yara Spadini, goza de maior estima na região episcopal sul do nosso arcebispado, a que pertencem.
3. Infelizmente o padre Vicini e a senhora Spadini foram torturados de forma ignominiosa pela polícia política (DEOPS da nossa capital), como o vigário episcopal da região sul e nós mesmos pudemos verificar pessoalmente.
4. Segundo uma sugestão dos diretores do DEOPS, pedimos-lhes que nos relatassem as torturas que sofreram e requeremos um inquérito às autoridades competentes.
5. Sua Excelência, o governador, ofereceu-nos, espontaneamente, a possibilidade de mandar fazer um exame por um médico da nossa escolha. Apesar desta oferta e até o presente, não nos autorizaram a realizar esta diligência.



6. O arcebispado de São Paulo espera que as autoridades não faltam ao dever de fazer um inquérito sobre estes fatos deprimentes e de aplicar enérgicas medidas de punição.
7. Esperamos que essas medidas sejam tornadas públicas porque só assim se poderá dar à Igreja de Deus em São Paulo o ambiente e confiança necessários a um bom entendimento.
8. Fizemos o possível para travar um diálogo sereno e firme com o DEOPS, o governador e o comandante do II Exército.
9. Este aviso deve ser afixado este domingo na porta das igrejas paroquiais e dos lugares de oração do nosso arcebispado sem que seja lido ou comentado durante os atos religiosos.<sup>34</sup>

Movimento Popular de Libertação e o caso de Lectícia Cotrim. A leiga católica Maria Lectícia Ligneul Cotrim, do Rio de Janeiro, relatou à CNV o caso referente à sua prisão e tortura.

A prisão aconteceu em janeiro de 1974. Fui levada do RJ para SP. Tive que escrever uma lista de nomes de militares da família. De Fernando, que era nascido em Resende, e das mulheres da família casadas com militares. Eu era irmã de outro militar que se negara a prender o bispo de Crateús. O depoimento incluiu uma lista de 20 ou 30 militares. No RJ, fiquei 14 dias, no DOI-CODI, na Barão de Mesquita (Tijuca). Ali fui submetida à tortura. Fernando ficou três dias e foi liberado. De lá fui transferida para o Quartel da Polícia, no Centro, Batalhão da PM, próximo à Central do Brasil. Depois fui transferida para Petrópolis, no Quartel do Exército, onde foram tomados depoimentos por um chamado coronel Macelli – fiquei aí por 30 dias. Durante os 14 dias no DOI-CODI, sofri torturas psicológicas, também física, frio, geladeira, calor insano nas câmaras quentes. Ameaça de bichos (cobras, lagartos), sujeira, fome, sede, nudez. Ameaças verbais de estupro, agressão aos familiares, detenção aos filhos, indicação de prejuízo ao marido. Levei uns safanões, foram poucos... Não cheguei a ficar machucada fisicamente devido aos safanões. Fui colocada numa roda de homens, dos quais via os pés, porque estava nua, e eles me atiravam de uns para os outros, com gritos... Você pensa que vai morrer. Você se sente demolida, eles dizem que você sairá de lá demolida, como mulher, é algo de uma violência sutil – poderia dizer, mas é imensa. Imagino que algumas pessoas como Herzog ou Stuart deveriam ter passado coisas assim. Via numa cela, na qual me colocaram, coisas escritas, como socorro, Deus me ajude... [...] Depois de algum tempo, assinando ponto no Ministério da Guerra, durante meses, aquilo ali, o cara dizia: “Aquilo era brincadeira, você não foi torturada”. [...] Tem risco de contaminação. Tiram tua roupa e mandam vestir um macacão imundo, que estava lá não se sabe quanto tempo. Fiquei com corrimento. A menstruação me escorria pelas pernas, eles se vangloriavam disso e caçoavam. [...] Eles atiravam a gente num cubículo, fedorento, viscoso, havia dúvida se havia cobras, lagartos, jacarés. Perdi 14 quilos. Era uma moça magra. Saí dali em 14 dias. Era uma base de um quilo por dia. Houve uma coisa bastante desagradável.

O comandante do quartel da PM no RJ era uma pessoa doente. Ele ia receber o preso quando chegava. Fui colocada numa imensa cela, que poderia ser um dormitório de soldados, bem sujo. Era um lugar que tinha banheiro. No DOI-CODI não tinha banheiro, você fazia as coisas no chão. Esse cara se apresentava e dizia: “Já passei por coisas difíceis na vida”. Tirava a roupa, abaixava as calças, era uma ameaça sexual – encoberta por discurso de cicatrizes de operações. [...]

A ida para SP foi dentro de um carro, no qual hoje não sei se era imaginação ou tortura. Quando entrei nele, o medo que eles fossem me matar era enorme. Não asseguro minha lucidez (desse relato). Tinha vivido muita coisa ruim, estava com fome. Foram colocados óculos escuros, com algodão. Estava sentada entre dois homens, durante uma viagem de 6 horas. [...] O cara se masturbou com a minha cabeça no colo – percebi que se passou alguma coisa ali. Sei que era uma preparação para chegar em São Paulo quebrada para o Fleury. Chegava exausta, desesperada. São Paulo era um terror. [...] Ali fui acareada com Pilar e Sonia, que estavam bastante machucadas. Caí numa besteira horrível de me espantar com uma fotografia de Cosme Alves Neto sob tortura... Me colocaram com um álbum de pessoas da Ação Popular (AP), me dei conta que não poderia falar que conhecia as pessoas... (nomes que eram da Juventude Estudantil Católica [JEC] ou Juventude Universitária Católica [JUC], pessoas que estavam bem machucadas, o álbum era um horror). [...]

Havia um sujeito [em Petrópolis] que causava arrepios quando se falava o nome dele. Se dizia que ele chegaria em Petrópolis para me ver e falar comigo. Entrou um dia um oficial à paisana que deu aquele nome para mim. Minha memória bloqueou esse nome. Me lembro do rosto, mas não sei se sou capaz de reconhecer. Ele me ameaçava e me dizia que tinha que responder ao coronel Macelli. Lá ouvia gritos, chatices, berros... eram tentativas de comunicação. Joaquim Arnaldo esteve preso lá e dizia: “Letícia, fala não...” ou dizia “Letícia fala tudo, está escrito”.<sup>35</sup>

Pedro Wilson Guimarães foi presidente da Comissão de Justiça e Paz, da Diocese de Goiânia. Ele sofreu detenções arbitrárias e torturas por estar encarregado de promover ações para o relaxamento de prisões arbitrárias e busca de companheiras e companheiros que estavam desaparecidos. Pedro Wilson foi preso, pelo menos por duas vezes, uma no quartel de Goiânia e outra no DOI-CODI, em São Paulo, em 1971. Nessa segunda ocasião, sofreu torturas, das quais ainda hoje não fala abertamente. Atuou na Ação Popular (AP) e relata sobre seu engajamento e a solidariedade internacional que se elaborava:

Então, o dado é o seguinte [...] qual era o papel nosso? Era fazer celebrações, fazer reuniões de carta de denúncia, de articulação com entidades internacionais, de procurando denunciar, formação de comitês de direitos humanos. Nós fizemos encontros em todo o Brasil em Salvador, nós fizemos em Recife, em Olinda, fizemos em São Paulo, fizemos em Belo Horizonte, fizemos aqui em Goiânia, esses encontros animavam a luta dos direitos humanos que eu assumi depois não só como Comissão de Justiça e Paz e direitos humanos, que era a bandeira, que era uma bandeira que a população passou a aceitar. Porque havia aquele medo muito forte das pessoas de

se engajarem politicamente. E o que foi importante pra nós como cristão de movimento de Igreja é que a gente fazia o movimento sem saber se era cristão ou não, quer dizer, o próprio Dom Fernando me pediu, não é? Pra olhar. Teve um preso, que era do partidão, recentemente falecido Sebastião Bailão. Que estava saindo, as pessoas não tinham condições, eu ficava com medo então a gente dava todo o apoio material, apoio moral, tentava recolocar as pessoas, aquele ato de solidariedade antes escondendo as pessoas, depois quando a pessoa estava presa e também depois, quando a pessoa voltava [...]. Eu, por exemplo, fui pra São Paulo em grande parte porque eu não podia [...] eu dava aula. Eu estava dando aula na Católica, não podia ter emprego público, estava público que tinha o atestado de ideologia que eliminava você de qualquer emprego público. E como eu continuei a militância tanto na AP tinha uma vida legal em todo lugar e a minha clandestinidade era na ligação e no apoio, por exemplo, o movimento como o da UNE, como Honestino ou movimento de solidariedade de pessoas que nós ajudamos a sair do Brasil e às vezes a gente viajava para o Uruguai ou para a Argentina. Chegou a manter um caso quando a gente estava na Argentina, teve o golpe no Chile, então, a gente não pôde voltar. Eu voltei pelo Paraguai e os outros [...] nós tivemos as pessoas que estavam fugindo do Brasil e tiveram que retornar ao Brasil. Mas aí, havia um outro fato positivo em certo sentido que era o retorno do Perón à Argentina, bem que a ação dele, principalmente a influência da mulher dele que acabou sucedendo ele, foi uma ação muito de direita, diferentemente de quando ele tinha uma posição política maior, principalmente depois da morte dele, tento conciliar isso e a gente pode ver nos documentos, tantos dos motoneros, como do ERP, mostrando, assim, o pessoal chamado peronista, até hoje tem essas divisões, o pessoal mais político que sofreu muito. Então, nesse período, como movimento de direitos humanos, e aí também nos anos 1970 pra 1980, começou a gestar a ideia de partido político; foi quando também eu me engajei na organização do Partido dos Trabalhadores.<sup>36</sup>

O caso da irmã Maurina Borges da Silveira foi um dos mais dramáticos, no qual a condição de mulher e religiosa foi vilipendiada barbaramente. Em meados de outubro de 1969, quando a religiosa dirigia o Lar Santana, na Diocese de Ribeirão Preto (SP), depois de ter cedido uma sala da instituição para reuniões de um grupo de jovens do MEJ (Movimento Ecumênico de Jovens ou Movimento Estudantil Jovem), sofreu graves violações de direito. O jornal *Folha de São Paulo*, de 14 de novembro de 1969, afirmou que a irmã Maurina consentira que Mário Lorenzato, das Forças Armadas de Libertação Nacional, utilizasse o Lar Santana como um aparelho. Na verdade, Maurina nada sabia sobre as atividades de Lorenzato. Tendo a religiosa tomado conhecimento de notícias que o acusavam de terrorismo, por cuidado, resolveu eliminar todos os documentos que os jovens deixaram na sala que lhes tinha emprestado, queimando-os. Passados alguns dias, a polícia vasculhou as salas do MEJ e todas as outras dependências do Lar. Algum tempo depois, a polícia impediu a entrada de irmã Maurina no orfanato, enviando-a a uma delegacia de polícia de Ribeirão Preto. Constatou irmã Maurina, ali, que funcionários do Lar Santana estavam sendo torturados e ela mesma passou a ser submetida a severas torturas e humilhações. Teve prisão preventiva expedida naquele mesmo mês, que lhe foi comunicada pelo delegado Ribeiro Soares. As sevícias a que foi submetida encontram-se registradas em carta da própria irmã Maurina, dirigida ao juiz militar, datada de 17 de dezembro de 1969<sup>37</sup>, em que descreve os abusos e a violência sofridos.<sup>38</sup>

## 5. MORTES E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS DE LEIGOS E CLÉRIGOS

A ditadura militar, como prática coordenada da ação do Estado, assassinou pessoas que havia sequestrado, prendido ou detido para interrogatório, tendo sido muitos dos cadáveres ocultados pelos próprios agentes da repressão. O elenco indicado neste relatório é incompleto, quer em relação à atual lista de 362 mortos e desaparecidos, do Ministério da Justiça, quer em relação às investigações em curso pela CNV.

A parcialidade se justifica pela necessidade de rever as listas atualmente existentes, referentes à participação de muitos militantes de esquerda em organizações da Ação Católica, ou em inserções paroquiais, ainda que a militância católica não fosse sua principal inserção de esquerda. O elenco das 18 personalidades da ICAR assassinadas durante o período da ditadura militar, apresentado a seguir, está ordenado cronologicamente. Estão incluídos: (a) os que foram mortos por agentes públicos; (b) os que foram assassinados com o apoio dos agentes públicos – em especial com impunidade –, como aqueles religiosos, religiosas, agentes de pastoral, que assumiram a causa camponesa e indígena e que foram assassinados por estarem na defesa dos direitos desses grupos.<sup>39, 40</sup>

TABELA 2 – PERSONALIDADES DA IGREJA CATÓLICA MORTAS OU DESAPARECIDAS<sup>41</sup>

1969	<b>Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto</b> , auxiliar direto do arcebispo Dom Hélder Câmara, sequestrado, torturado e morto em Recife, na madrugada de 27 de maio.
1970	<b>Santo Dias da Silva</b> , líder da Pastoral Operária da ICAR e representante dos leigos na CNBB, foi morto durante manifestação de operários em greve, com um tiro nas costas disparado pelo policial militar Herculano Leonel Morto, no dia 30 de outubro.
1972	<b>Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão</b> , militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1969. Integrava a ALN. Foi assassinada aos 22 de janeiro de 1972, por arma de fogo, com lesão na região mamária, nas dependências do DOI-CODI, em SP, onde fora submetida à tortura pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. O cadáver apresentava 34 lesões. <b>Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo</b> , integrante da JEC e da JUC. Educadora do Movimento de Educação de Base (MEB), com ação educativa no Maranhão e em Recife, onde teve contato com a Ação Popular (AP). Casou-se com Raimundo Figueiredo, liderança da AP. Trabalharam juntos na Funai, em um projeto de educação com índios Paranã. Após a morte de Raimundo, retornou ao Rio de Janeiro. Foi assassinada naquela cidade, no Batalhão do Exército, na Barão de Mesquita, após ter sido alvejada na perna e torturada, aos 29 de março de 1972. (O Exército a identificava como responsável do setor de comunicação da VAR-Palmares). <b>Antonio Marcos Pinto de Oliveira</b> , ex-seminarista, atuou com o padre Daniel de Castro, em Brás de Pina. Militou na Ala Vermelha e na VAR-Palmares. Foi morto após tortura, depois de ter sido capturado. Sua morte está relacionada à “Chacina de Quintino”. <sup>42</sup>
1973	<b>Alexandre Vanucchi Leme</b> , leigo, estudante da Universidade de São Paulo, assassinado em 16 de março de 1973, aos 22 anos; morto por lesões provocadas por tortura, nas dependências do II Exército, DOI-CODI-SP. <b>Honestino Guimarães da Silva</b> , líder estudantil, membro da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), assassinado em 10 de outubro de 1973, preso e torturado nas dependências do Cenimar, na Ilha das Flores. Está desaparecido.
1974	<b>Frei Tito de Alencar Lima</b> , preso e torturado aos 24 anos, em 1970, depois deportado para o Chile. Em decorrência das torturas sofridas pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, cometeu suicídio, quando exilado na França, em 10 de agosto de 1974.
1976	<b>Padre João Bosco Penido Burnier</b> , morto em 12 de outubro de 1976, em Ribeirão Cascalheira (MT), após ter sido baleado por um policial no dia anterior, por ter defendido mulheres camponesas que estavam sob tortura, na delegacia policial de Ribeirão. A tese sustentada pela Prelazia de São Félix do Araguaia (GO) foi morte por engano: o alvo seria o bispo Dom Pedro Casaldáliga. Dom Pedro relatou que o tenente-coronel aviador João Paulo Burnier lhe disse: “Mataram Dom Bosco porque não lhe mataram”. <sup>43</sup> Em 2010, a Comissão Especial da Secretaria de direitos humanos reconheceu a morte do padre Burnier como provocada pelo regime militar. <sup>44</sup> <b>Padre Rodolfo Lukenbein e índio Simão Okóge Ekudugódu Bororo</b> , assassinados em 15 de julho de 1976, na aldeia Bororo de Barra dos Garças, aldeia Sagrado Coração, pelo fazendeiro João Marques de Oliveira, vulgo, João Mineiro, que feriu outras vítimas. A partir de 1975, a Funai iniciou a demarcação Meruri, território Bororo. No dia do assassinato, 60 homens armados, liderados pelo fazendeiro, invadiram a aldeia. O crime só foi possível devido ao acobertamento dos agentes da ditadura. Em Barra das Garças, os assassinos foram absolvidos. O fato, as investigações e o processo judicial constituem, com a chacina intentada, grave violação de direito. Sem a conexão com o poder público a ação do fazendeiro não poderia ocorrer e permanecer impune.

1980	<b>Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”</b> , lavrador sindicalista, agente da Comissão Pastoral da Terra, foi assassinado, em 29 de maio de 1980, em Conceição do Araguaia (PA), pelo pistoleiro José Antônio, contratado pela família do fazendeiro Fernando Leitão Diniz. Até o momento em que este texto foi produzido, sem julgamento. Os fatos ocorriam sob a proteção da Polícia Federal. <b>Wilson de Souza Pinheiro</b> , sindicalista e defensor de lavradores pobres, assassinado em Basileia (AC), aos 21 de julho de 1980.
1981	<b>Margarida Maria Alves</b> , presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Alagoa Grande (PB), assassinada em abril de 1981. <b>Índio Marçal de Souza</b> , que falara com o Papa em 1980, durante a visita pontifícia a São Paulo, assassinado em Manaus.
1985	<b>Irmã Adelaide Molinari</b> , militante da Comissão Pastoral da Terra, assassinada em Eldorado dos Carajás (PA). <b>Padre Ezequiel Ramin</b> , assassinado aos 24 de julho, Cacoal (RO). <b>Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho</b> , 1985, assassinada por questão fundiária, às margens do rio Pacia (AM).

## 6. EXPULSÕES E EXÍLIO DE AGENTES DE PASTORAL, LEIGOS E CLÉRIGOS

Uma das formas da violência do estado ditatorial contra a ICAR foi restringir o acesso de missionários estrangeiros para atender os serviços religiosos no país e expulsar aqueles que desenvolviam ações em favor dos direitos de indígenas, camponeses e operários – em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico e político proposto pela ditadura militar.<sup>45</sup>

Soma-se a essa ação arbitrária o banimento de clérigos brasileiros com base na Lei de Segurança Nacional, em especial os Decretos-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 e nº 898, de 29 de setembro de 1969. Os missionários e os agentes de pastoral eram tomados como inimigos do Estado. Vários missionários estrangeiros foram expulsos exclusivamente pela solidariedade que prestaram ao povo brasileiro. Uma carta escrita, ainda em 1969, publicada em livro na década de 1970, traz o seguinte relato do que ocorreu ao padre belga Jean Talpe, que expressa o que se deu com vários dos religiosos expulsos:

Em 19 de fevereiro de 1969 fui sequestrado brutalmente por militares e levado à prisão. Aí já se encontrava o padre que morava comigo, preso uns dias antes e cruelmente torturado. Agora era minha vez de enfrentar a fúria dos carrascos. [...] Um amigo meu, professor da Universidade de São Paulo, foi pendurado de cabeça para baixo e assim, durante horas, batido com porrete e submetido a choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma moça, que ele não conhecia, teve de presenciar a cena e sofreu depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo.<sup>46</sup>

O quadro a seguir, com dados parciais coletados, é uma amostra do que se presume ser lista muito mais ampla.

TABELA 3: CLÉRIGOS E LEIGOS EXPULSOS E BANIDOS

NOME	ATIVIDADE DESENVOLVIDA E AÇÃO ARBITRÁRIA SOFRIDA	DATA
Pe. Francisco Lage	Assistente da Juventude Estudantil Católica (JEC). O padre foi detido em Belo Horizonte (MG). Banido.	1964
Pe. Almerly Bezerra de Melo	Assessor da Juventude Universitária Católica (JUC), na diocese de Olinda e Recife. Banido. Foi para França, Itália e Argélia.	1965
Diacono Guy Thibault	O diacono distribuiu panfletos sobre a situação operária, Volta Redonda (RJ). Expulso.	1967
Pe. James Murray	Celebrou vestido de preto, leu na homilia a Declaração dos direitos humanos. Expulso.	1968
Pe. Pierre Wauthier	Atuava com os operários em Osasco (SP), participou de greve. Expulso.	1968
Pe. Jean Honoré Talpe	Atuava com os operários em Osasco (SP), participou de greve. Expulso.	1969
Ir. Friederich Schlage	Atuava com os operários em Osasco (SP), participou de greve. Expulso.	1969

NOME	ATIVIDADE DESENVOLVIDA E AÇÃO ARBITRÁRIA SOFRIDA	DATA
Pe. Jules Vitae	Atuava na Prelazia de Acre, Purus (AC). Condenado pelo conteúdo do programa de rádio “Ave Maria”. Expulso.	1969
Ir. Maurina Borges da Silveira	Atuava no Colégio da Congregação, Ribeirão Preto (SP). Presa e torturada. Banida.	1969
Pe. Giuseppe Pedandola	Atuava em Crateús, (CE). Expulso.	1971
Frei Tito de Alencar Lima	Preso com outros frades dominicanos, apoio à ALN, caso Marighela (SP). Banido.	1971
Pe. Joseph Comblin	Teólogo engajado, impedido de aportar no país. Expulso.	1972
Pe. François Jentel	Atuava com os camponeses, caso Codeara, Prelazia S. Félix do Araguaia (MT/TO). Expulso.	1975
Pe. Giuseppe Fontanella	Atuava no Pará. Alegou-se falta de documentos. Expulso.	1977
Pe. Alípio de Freitas	Era português. Atuou no Maranhão, como sacerdote, na Arquidiocese de São Luiz (MA). Participou do Congresso Mundial da Paz, em Moscou, 1962. No regresso, apoiou a candidatura de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. Participou da Ação Popular (AP) e foi dirigente da dissidência da organização, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Foi preso em 1970, e expulso como apátrida em 1979.	1979
Pe. Vito Miracapillo	Recusou-se a celebrar missa pela independência classificando o Brasil como nação dependente, em Pernambuco. Expulso.	1980
Pe. Aristides Camiou	Luta pela justiça agrária (PA). Expulso.	1981
Pe. François Gouriou	Luta pela justiça agrária (PA). Expulso.	1981

Fontes: Dossiê CEDI, Dhnet On-Line, depoimento do Pe. José Ernanne Pinheiro à CNV, informação de Anivaldo Padilha.

Este registro apresenta 16 casos. Os casos de frei Tito de Alencar Lima e do Pe. Alípio de Freitas se vinculam a apoio a, ou participação direta em, alguma organização de resistência (ALN e PRT, respectivamente). Todos os demais casos se caracterizam como atuação exclusivamente pastoral. Em todos houve detenções arbitrárias e todos sofreram torturas (os dois brasileiros banidos e a brasileira banida foram barbaramente torturados).

## B) AS IGREJAS PROTESTANTES E AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Quando se trata do tema “protestantes” no Brasil (ou “evangélicos”, termo mais popularmente utilizado), a referência, em geral, é feita ao conjunto de cristãos não católicos presentes no país. A consciência de que este conjunto é formado por uma diversidade muito ampla de grupos não é largamente partilhada: está presente na academia, entre os estudiosos da teologia e das religiões, e entre alguns poucos segmentos de mídia preocupados em informar o mais correta e objetivamente possível quando o noticiário envolve tal segmento. Daí as diferentes tipologias que foram e vêm sendo criadas e recriadas para dar conta de tal diversidade. No entanto, correntemente, fala-se de “protestantes” ou “evangélicos” englobando todos os não católicos num só grupo quando se leva em conta a presença desses grupos religiosos na esfera pública, marcadamente no que diz respeito ao crescimento numérico, à presença na política, a movimentos culturais.

É possível sintetizar as tentativas de criar tipologias agrupando os protestantes fundamentalmente em dois grupos: (1) os históricos, aqueles de diferentes confissões que chegaram ao Brasil por conta de imigração ou por meio de missões dos Estados Unidos (presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos, anglicanos) a partir da segunda metade do século XIX; (2) os pentecostais, que aportaram em terras brasileiras na primeira década do século XX, vindos também dos Estados Unidos, e têm raízes no protestantismo histórico, mas baseiam sua doutrina e prática religiosa na chamada “experiência com o Espírito Santo”, marcada pelo “dom de falar em línguas estranhas” (Assembleia

de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular). Entre os pentecostais se encontra a maior diversidade de grupos, com crescimento intenso, a partir dos anos 1950, de igrejas autóctones, estabelecidas por líderes brasileiros originados do pentecostalismo missionário (Brasil para Cristo, Deus é Amor, Nova Vida, Universal do Reino de Deus e muitas outras).

A formação desse segmento cristão no século XIX foi predominantemente baseada no fundamentalismo bíblico, no puritanismo e no sectarismo, base de uma visão de “afastamento das coisas deste mundo”, inclusive da política. Muito se transformou nestas bases ao longo do século XX: emergiram grupos abertos à atuação social, alimentados por teologias como a do Evangelho Social e a do Cristianismo Prático. O movimento ecumênico e os movimentos de juventude evangélica tiveram forte papel nesta mudança. No entanto, o conservadorismo, que sempre foi a tônica entre os evangélicos, provocou a omissão das igrejas frente à imposição da ditadura militar no Brasil e também tornou possível o alinhamento de boa parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção.<sup>47</sup>

A postura oficial das igrejas protestantes diante do golpe militar de 1964, por meio de suas lideranças, pode ser classificada, de modo geral, como de apoio, sendo este imediato, da parte de presbiterianos e batistas, ou cauteloso, da parte de metodistas, episcopais e luteranos. A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham, no seu histórico, uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça. Muitos ingressaram em organizações de oposição à ditadura, atuaram até mesmo na clandestinidade e pagaram o preço por esse compromisso.<sup>48</sup>

### *1. ASPECTOS GERAIS DA PERSEGUIÇÃO ESTATAL*

Os protestantes com engajamento social, especialmente, aqueles vinculados ao movimento ecumênico, eram identificados pelos agentes do sistema como inimigos da nação. Protestantes e o movimento ecumênico estiveram sob constante investigação das agências de inteligência, com base na compreensão de que tinham poder de disseminação de ideias contrárias à Doutrina de Segurança Nacional.

Um exemplo de tal compreensão e ação pode ser tomado do documento do SNI, produzido pela Agência Rio de Janeiro (ARJ), contendo 29 páginas, datado de 30 de outubro de 1980: “Genericamente, pode-se concluir que esses grupos religiosos procuram influir na política governamental nos diversos campos do poder nacional, através de educação e doutrinação das massas, visando a consecução de seus objetivos políticos”.<sup>49</sup>

Os agentes da repressão denominavam “progressistas” tanto católicos quanto protestantes, por conta de ações consideradas “contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas”. Com relação ao segmento protestante o documento do SNI afirma que:

[As igrejas] presbiterianas, metodistas e luteranas — têm sua ação orientada na linha semelhante a do clero [católico] progressista, através de diversos pastores e colaboradores tendo como ponto principal de apoio financeiro e de diretivas o Conselho Mundial de Igrejas – Cmi, Genebra/Suíça, de instituições de ensino como o Instituto Bennet no Rio e a Universidade Mackenzie em São Paulo.<sup>50</sup>

Estes religiosos têm sua ação política de contestação ao regime, de apoio aos movimentos reivindicatórios e grevistas baseados em pontos semelhantes aos grupos progressistas da Igreja Católica acrescidos de:

- fiel programação de eventos;
- seus pronunciamentos são ressaltados através do Boletim “Tempo e presença” com vinculação ao CMI;
- desenvolvimento e manutenção do Ecumenismo;
- ênfase na doutrinação dos jovens.<sup>51</sup>

O apoio protestante internacional ao movimento ecumênico brasileiro, sobretudo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), foi também alvo dos agentes estatais e consta em vários de seus documentos.<sup>52</sup>

## 2. PERSEGUIÇÃO À CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), forte expressão do movimento ecumênico brasileiro, foi um dos grupos que mais sofreu as ações da repressão. Era uma organização das principais igrejas protestantes brasileiras, fundada em 1934, com diversas frentes de atuação entre educação cristã, ação social e juventude. O Departamento de Estudos da CEB realizou séries de marcantes conferências, com a ênfase “Igreja e Sociedade”, entre elas a destacada Conferência do Nordeste (Recife, 1962) com o tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”.<sup>53</sup>

Logo após o golpe de 1964, a CEB foi invadida e teve seus arquivos apreendidos por agentes das forças de repressão militar. Diversos integrantes do movimento ecumênico protestante passaram pela experiência do enquadramento em inquéritos policiais militares, como será relatado adiante: foram presos, outros torturados ou tiveram de fugir do Brasil. Os depoimentos a seguir refletem a crise.

Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em São Paulo, na reunião da [Confederação Evangélica do Brasil] e me avisaram: “Tem um senhor querendo falar com você”. Eu perguntei: “Quem é?”. Responderam: “Não sei; não quis dar o nome”. Fui lá. Um cavalheiro muito bem-vestido, de paletó, gravata, que perguntou: “O senhor é Waldo César?”. Eu disse: “Sim”. Respondeu: “Eu queria conversar com o senhor particularmente”. Fui para outra sala. Ele apresentou a carteira do DOPS. Eu perguntei: “O que houve?”. Ele respondeu: “Nós estamos aqui preocupados com o que estão discutindo. Que negócio é esse de nacionalidade? Que é isso?”. Aí me deu um estalo e eu perguntei: “O senhor tem tempo?”. Ele disse: “Como assim?”. Respondi: “O senhor tem tempo? Porque eu tenho que começar com o Profeta Amós”. O cara me olhou e repetiu: “Como assim?”. Respondi: “É que essa história vem desde o século VIII, antes de Cristo”. Ele me olhou espantado. Repeti: “Porque o Profeta Amós defendia uma sociedade nova, de justiça, e nós estamos tentando encontrar um caminho que nós queremos: um Brasil novo, uma nova nacionalidade de justiça”. O cara disse: “Tá, tá, chega, chega. Já entendi. Eu vou assistir a sua reunião hoje



à tarde. O senhor não me apresente e não diga que eu estive aqui. Caso contrário, eu vou desmentir em público”. Sentou, ouviu, foi embora e nunca mais apareceu. O golpe foi em 1964 e eles em 60 já estavam se articulando [Waldo César, leigo presbiteriano e diretor do Setor de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil].<sup>54</sup>

No dia 1º de abril de 1964, o movimento militar derrubou o presidente João Goulart. A junta de diretores da CEB realizou uma reunião extraordinária, quando a exoneração de Jether, Waldo, Francisco e Domício foi proposta. Ao mesmo tempo um oficial do governo que se dizia investido de tal autoridade visitou a CEB para examinar os seus arquivos e documentos e para descobrir possíveis atividades políticas subversivas da entidade. (...) Foi precisamente neste momento que a diretoria decidiu demitir tais pessoas, e estas receberam ordem de não irem mais à sede. [...] a Conferência do Nordeste tornou esta ruptura ainda mais aguda, e tudo culminou com a expulsão do grupo progressista. [...] em quase todas as igrejas, as medidas extremas tomadas pela diretoria tiveram repercussões desfavoráveis. [Domício Mattos, pastor presbiteriano e funcionário do quadro da CEB].<sup>55</sup>

### 3. DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E TORTURA DE AGENTES ECLESIASTICOS

As pesquisas da Comissão Nacional da Verdade não dão conta do exato número de detenções arbitrárias entre protestantes e de situações de tortura sofridas por homens e mulheres vinculados a este segmento religioso, nos porões das prisões do aparelho repressivo da ditadura militar, acusados de subversão e de representarem ameaças à segurança nacional. Alguns casos chegaram ao extremo de morte e desaparecimento forçado, como será relatado adiante. É lamentável reconhecer que as limitações de pesquisa da CNV se devem ao grande número de ocorrências, sua dispersão pelos estados do Brasil e ao silêncio de muitos dos que sofreram essas violações dos direitos humanos que, diante dos traumas e do desejo de apagamento das ultrajantes memórias, não se dão a conhecer. Os casos aqui listados dizem respeito a sobreviventes das prisões, e resultam de registros em bibliografia e documentação aos quais a CNV teve acesso e dos depoimentos coletados nas audiências públicas e privadas, realizadas em 2012 e 2013. Como pode ser verificado, várias dessas vítimas foram perseguidas duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Principiando pelas detenções que recaíram sobre religiosos metodistas:

Dourival Beulke, pastor metodista, atuou em Recife/PE como missionário enviado pela Conferência Metodista de São Paulo para a frente missionária metodista do Nordeste. Preso por crime contra a segurança nacional em 1964, por vários meses.<sup>56</sup>

Adahyr Cruz e Onésimo de Oliveira, estudantes de Teologia da Igreja Metodista, presos por um dia, pelo DOPS, em São Paulo, em 1966, depois de participarem de uma passeata de estudantes universitários em protesto contra a proposta de reforma universitária pela ditadura militar.<sup>57</sup>

Derly José de Carvalho, líder da juventude metodista em Muriaé (MG), migrou com a família para o ABC paulista e passou a integrar o movimento sindical (1959), quando se tornou membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais tarde do “Grupo dos 11 do Brizola”, em

1963, e do PCdoB. Em 1964, foi eleito para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 1966, foi enviado pelo partido à China, mas não conseguiu retornar ao Brasil devido à ameaça de prisão, e teve que buscar abrigo na Albânia. Conseguiu retornar ao país na clandestinidade e aderiu à luta armada (que classifica, em depoimentos, como “defesa armada”). Foi preso em maio de 1969, quando sofreu tortura. Após dois anos na prisão, foi trocado pelo embaixador da Suíça Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR quando fora deportado para o Chile, em 13 de janeiro de 1971.

Eu tinha reunião, mas não fui, então o pessoal foi até minha casa e, quando chegaram, eles estavam lá. E como o pessoal já estava preparado houve um enfrentamento, quando morreram um ou outro. Com isso, eles não me executaram naquele momento porque a CIA queria falar comigo. (...) Morreu uma pessoa da equipe do Sergio Paranhos. Tivemos certeza absoluta de que ele morreu dentro da minha casa. E eu já estava preso, no pau de arara. Nessa hora eles queriam saber quem tinha ido à minha casa. (...) Eu fiquei 90 dias completamente incomunicável, minha mulher e ninguém sabiam onde eu estava. Passei quase 90 dias sem conseguir levantar do chão e sentar numa cadeira. Fui duas vezes para fazer massagem cardíaca no Hospital das Clínicas.<sup>58</sup>

Renato Godinho Navarro, jovem metodista de Belo Horizonte ligado à AP. Preso no DEOPS, Belo Horizonte/MG, em 1969, depois preso arbitrariamente em Santo Amaro da Purificação, quando vivia na clandestinidade. Levado para o quartel do Exército no Forte Barbalho, Salvador/BA, em maio de 1971 (a ordem de prisão só foi emitida em novembro) até dezembro de 1973. Foi condenado em 1972 a três anos e seis meses de prisão. Na fase indiciária sofreu tortura.<sup>59</sup>

No Forte Barbalho passei por sessões de tortura física e psicológica — pau de arara, choques elétricos, principalmente na cabeça e nos órgãos genitais, e sempre com os olhos vendados. Após várias sessões, desmaiei. Quando acordei estava na cela e não conseguia me levantar. Acredito que devido aos choques elétricos. O processo de colocar-me de pé se deu de forma progressiva. Dependo na fase inicial de apoiar-me nas paredes da cela. A cela era um porão com grades na entrada e sem nenhuma janela. Sem nenhum tipo de instalação sanitária. As necessidades eram feitas numa lata e depois, acompanhado por metralhadoras ou fuzil, eu era obrigado a despejá-las todas em outro lugar.<sup>60</sup>

Anivaldo Pereira Padilha atuava no movimento de juventude da Igreja Metodista e ecumênico nos anos 1960. Membro da Igreja Metodista na Luz, cidade de São Paulo, exerceu várias funções de liderança na igreja em nível nacional: diretor do Departamento de Mocidade da Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista, redator da revista da juventude metodista “Cruz de Malta”, secretário-executivo da União Brasileira de Juventude Ecumênica (Ubraje), e secretário regional para o Brasil da União Latino-Americana de Juventude Evangélica (ULAJE). Era estudante de Ciências Sociais da USP, o que tinha relação com a formação cristã que recebera, baseada na teologia da responsabilidade sociopolítica da Igreja. Era vinculado à organização de esquerda formada por cristãos brasileiros Ação Popular (AP).

Anivaldo Padilha foi preso pela Operação Bandeirantes (Oban) em 28 de fevereiro de 1970 (...). A prisão ocorreu alguns meses depois de um exemplar do jornal Unidade III da Federação dos Jovens Metodistas de São Paulo, editado por Anivaldo Padilha, ter sido encaminhado ao DOPS pelos informantes pastor metodista José Sucasas Jr. e bispo metodista Isaías Sucasas (28 de agosto de 1969).<sup>61</sup> O jornal continha críticas à direção da Igreja Metodista e artigos avaliativos da situação da Igreja e dos jovens.<sup>62</sup>

Um mês depois da delação dos líderes da Igreja Metodista, foi iniciado um inquérito policial pelo DOPS (29 de setembro de 1969) “para apurar atividades de militantes da Ação Popular (AP). Foi apurado que o requerente [Anivaldo Padilha] participou de reuniões de caráter político, realizadas na Igreja Metodista em São Paulo”. A prisão aconteceu, então, em fevereiro do ano seguinte.<sup>63</sup>

Fernando e Celso Cardoso da Silva, irmãos, membros da Igreja Metodista Central em São Paulo, ligados à Ação Popular, presos em 28 de fevereiro de 1970. Testemunha da prisão e das torturas: Anivaldo Padilha.

Os irmãos Fernando e Celso Cardoso foram presos em casa no mesmo dia. Uma reunião de jovens na Igreja Metodista Central de São Paulo foi invadida por agentes da Oban para procurar outros metodistas participantes da Ação Popular, como Domingos Alves de Lima e Clara Amélia Evangelista. “Quando a polícia chegou, quando o DOI-CODI chegou à Igreja Central para prendê-los, prender todo mundo, o pessoal fugiu. Eles fugiram pelos fundos, lá na Igreja Central. Dali, depois foram para o Chile”.<sup>64</sup> O depoimento do pai de Domingos ao DOPS confirma a narrativa: “(...) 4 - Declarou o seguinte: (...) que soube, no domingo, ter seu filho fugido da Igreja quando percebeu a chegada da polícia, que depois disso não soube do seu paradeiro (...)”.<sup>65</sup>

Ao chegar à prisão da Oban, Anivaldo Padilha recebeu tortura imediata:

Ao chegarmos à Oban (...) assim que a porta se fechou, recebi um soco no estômago, com tal violência, que caí e fiquei alguns segundos sem poder respirar. Começaram, então, a aplicar em mim o “telefone”, método de tortura que consiste em golpear os ouvidos da vítima com as duas mãos ao mesmo tempo, em formato côncavo. Os golpes foram repetidos várias vezes, seguidos de gritos para que eu confessasse ser membro de uma organização clandestina e que revelasse os nomes e endereços de todos os meus amigos. Descobri que estava diante do chefe da equipe de plantão naquele dia, o conhecido capitão Albernáz. Não consegui saber o nome do seu assistente naquele momento. Após esse interrogatório fui levado a uma das celas.

Na parte da tarde, fui levado novamente para interrogatório. A partir desse momento, as torturas se intensificaram. Trouxeram Eliana, Celso e Fernando Cardoso da Silva, dois jovens metodistas como eu, que tinham sido presos também, e nos aplicaram golpes de “palmatória”, novamente o “telefone” e choques elétricos. Nessa sessão de torturas havia mais dois homens que, posteriormente, descobri tratarem-se do capitão Coutinho, da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros, e de um torturador de apelido “Paulo Bexiguento”, provavelmente devido às marcas de cicatrizes de catapora em seu rosto.

Depois de muito tempo de torturas, nos separaram e fui levado de volta à cela, já ao escurecer. Eu não havia ingerido nenhum alimento desde o café da manhã. Minha boca estava extremamente seca. Tinha a impressão de que minha língua ia rachar ou que minhas mucosas estavam se esfacelando. Pedi água e o carcereiro me respondeu: “Não tenho autorização para dar água a presos que voltam do interrogatório. Beber água logo depois de levar choques pode matar”. Trouxeram a janta: sobras da comida do quartel trazidas em grandes caldeirões. Tive dificuldade para comer. Além da boca seca, minhas mãos estavam inchadas e eu mal conseguia segurar a colher. Ademais, eu tinha grande dificuldade para deglutir a comida composta de arroz, feijão e tomate picado. Meu companheiro de cela insistiu para que eu comesse porque aquela era a única refeição diária. Às vezes, serviam o café da manhã, que consistia em uma pequena caneca de café com leite e um pãozinho. Conheci, naquele instante, uma outra forma de tortura: a fome. Não consegui dormir.

Tarde da noite, vieram me buscar novamente. Achavam que eu devia ser um comunista importante porque tinha relações internacionais, especialmente com o mundo ecumênico. E, segundo eles, esse era um movimento subversivo. Forçaram-me a tirar minha roupa e me colocaram na “cadeira do dragão”. Uma cadeira revestida com folhas de metal conectadas por um fio a um rádio militar de campanha. Fui colocado nu no assento com minhas mãos e pés amarrados. Exigiram que eu desse todas as informações que eu possuía. A cada negativa, o torturador girava a manivela do telefone para aumentar a intensidade dos choques. Para tornar os efeitos mais fortes, colocaram uma toalha úmida sob minhas nádegas. Os choques me provocavam convulsões e gritos. A sensação era de perda total de controle sobre minha capacidade mental, racional, e sobre os meus movimentos. Era insuportável! Posteriormente descobri que o torturador se chamava Baeta, mas não consegui saber se era militar ou civil. (...)

Os interrogatórios diários, acompanhados de torturas físicas (choques, cadeira do dragão, socos, palmatória) e morais (simulação de execução, saída de carro com ameaças de jogarem meu corpo na Serra do Mar, insultos, ser qualificado com palavras de baixíssimo calão, ameaças de torturarem meus pais etc.) continuaram por muitos dias e depois diminuíram, até que, finalmente, fomos enviados ao DOPS para as formalidades policiais. Foram 20 dias diretos de “interrogatórios” na Oban.<sup>66</sup>

Ana Maria Ramos Estevão, membro da Igreja Metodista em Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo, ex-aluna de Teologia do Instituto Metodista, líder de jovens metodistas, tornou-se integrante da Aliança de Libertação Nacional (ALN). Presa por três vezes (junho de 1970, junho de 1972 e agosto de 1973; encaminhada para o Presídio Tiradentes, num total de nove meses). Julgada e absolvida. Na primeira prisão, pela Oban, foi torturada por 15 dias:

Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que iriam me estuprar, não chegaram a cumprir. Os primeiros três dias foram mais fortes. Nos outros dias, a gente ouvia os gritos, as ameaças... você vê o chão todo sujo de sangue... nos amordaçavam para não gritarmos quando levávamos o choque.

Levei vários tapas no rosto. O capitão Gaeta depois foi lá embaixo na minha cela dizer que tinha batido na gente porque a gente estava tendo ataque histérico. Ainda vinha se justificar. “Vocês não eram tão quentes assim na esquerda? Mesmo assim a gente teve que ser violento, porque vocês estavam tendo ataque histérico, começava a gritar”. E isso foi o que mais me ofendeu... claro... ser pendurada, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isto é muito humilhante, mas dizer que foi porque a gente tinha uma crise histérica, é uma coisa para te ofender como mulher.<sup>67</sup>

Idinaura Aparecida Marques, jovem da Igreja Metodista, ligada à ALN, presa em 12 de julho de 1970 pela Oban. Indiciada em inquérito policial por atividades subversivas em 10 de agosto de 1971. Condenada a seis meses de prisão em 1971.<sup>68</sup> Testemunha da prisão e das torturas: Ana Maria Ramos.

Claudius Ceccon, jovem metodista, arquiteto e cartunista que participava do Centro Ecumênico de Informação, foi preso em novembro de 1970 juntamente com toda a equipe de redação do jornal alternativo *Pasquim*, onde trabalhava como cartunista. O grupo ficou preso até fevereiro de 1971, momento em que Claudius Ceccon foi para o exílio em Genebra, passando a atuar no Conselho Mundial de Igrejas, na área de educação popular, junto com o educador Paulo Freire, que também estava no exílio.<sup>69</sup>

A violência do regime militar também se abateu sobre religiosos presbiterianos. Apolo Heringer Lisboa, líder jovem da Igreja Presbiteriana do Brasil, vice-presidente e depois presidente do Diretório Acadêmico Alfredo Balena, em 1964, da Universidade Federal de Minas Gerais, como aluno da Faculdade de Medicina; vice-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1966. Preso pela primeira vez em maio de 1964, pela segunda vez em 1966, coordenou uma manifestação da UNE contra a posse do presidente Costa e Silva. Declara não ter sofrido tortura, tendo sido interrogado pelo general Otávio Medeiros de Aguiar, ex-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação). Depois de contatos na prisão em 1964, tornou-se integrante da Polop (Organização Política Marxista – “Política Operária”) da qual foi diretor estadual. Na divisão da Polop, ajudou a criar a Colina (Comando de Libertação Nacional), terminou o curso de Medicina e, em 1968, entrou para a clandestinidade. Teve que fugir do país em 1973 e se exilou no Chile.<sup>70</sup>

Waldo César, leigo da Igreja Presbiteriana do Brasil, diretor da Comissão Igreja e Sociedade-Brasil (ligada ao Conselho Mundial de Igrejas – CMI), um dos fundadores do Centro Ecumênico de Informação, editor da Revista *Paz e Terra*. Em fevereiro de 1967, Waldo César teve sua casa invadida pelo DOPS e foi preso. Esteve incomunicável por uma semana. Sofreu tortura psicológica. Seus livros e documentos foram apreendidos, entre eles todos os documentos preparatórios da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade (do CMI, 1966).

[Fui preso] em fevereiro de 1967 por agentes do DOPS em operação conjunta com o SNI e o DFSP, por ordem da Casa Militar da Presidência da República, permanecendo incomunicável no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, com todos os constrangimentos decorrentes de uma situação arbitrária, o que foi relatado pelos mais importantes órgãos de imprensa da época. (...) À prisão seguiu-se a instauração do processo na 2ª Auditoria da 1ª Região Militar, [Inquérito nº 135/67, instaurado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF/DR/G8)], que se estendeu de 1967 a 1970, tornando praticamente impossível exercer minhas atividades profissionais, com todas as consequências previsíveis para a minha sobrevivência pessoal e familiar. Uma nova ordem de prisão, em dezembro de 1968, imediatamente após a decretação do AI-5, só não se confirmou por eu haver me ausentado do Rio.<sup>71</sup>

Eber Fernandes Ferrer, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, líder do movimento ecumênico, denunciado ao DOPS de Curitiba por um padre e preso em São Paulo, em 1968. Foi solto após a intervenção de um parente que era militar. Em 1970, quando era Secretário Geral da União Latino-Americana de Juventude Evangélica (ULAJE), após a prisão do Anivaldo Padilha, seu companheiro de atuação na União Brasileira de Juventude Evangélica (Ubraje), decidiu fugir do Brasil.<sup>72</sup>

Leonildo Silveira Campos, seminarista da Igreja Presbiteriana Independente, foi preso por 15 dias nas dependências da Oban e no DOPS, em São Paulo, em 1969. Solto por falta de provas, foi tachado de subversivo e perdeu o emprego em um banco.

“Quando eu fui preso, havia escrito uma carta para um colega de outra cidade e ele tinha envolvimento com pessoas que assaltavam bancos, mas não era gente ligada à subversão. Ele morava numa pensão quando prenderam seus colegas e, então, acharam minha carta, na qual eu falava que participava de passeatas e era seminarista. Por isso fiquei cerca de 15 dias preso. No quartel do Exército permaneci dez dias e fiquei alguns dias no DOPS.”<sup>73</sup>

[Leonildo] Tem uma marca de queimadura no polegar e no indicador da mão esquerda produzida por descargas elétricas em sessões de tortura: “Enrolavam fios na nossa mão e descarregavam eletricidade” (...) Não esquece o modus operandi do pastor batista Roberto Pontuschka, capelão do Exército que à noite torturava os presos e de dia visitava celas distribuindo o “Novo Testamento”. (...) “Um dia bateram na cela: ‘Quem é o seminarista que está aqui?’”, conta ele, 21 anos à época. “De terno e gravata, ele se apresentou como capelão e disse que trazia uma Bíblia para eu ler para os comunistas f.d.p. e tentar converter alguém.” (...) O pastor batista afirmou, apontando para uma pistola debaixo do paletó: “Para os que desejam se converter, eu tenho a palavra de Deus. Para quem não quiser, há outras alternativas.”<sup>74</sup>

Zwinglio Mota Dias, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, integrante do movimento ecumênico, preso no DOI-CODI no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1970, foi indiciado no inquérito nº 10/70/DPS, aforado à 2ª Auditoria da Aeronáutica.<sup>75</sup> Sofreu tortura psicológica para denunciar o irmão Ivan Mota Dias (preso e desaparecido em 1971 como relatado adiante). Enquanto estava no DOI-CODI, militares enviaram observadores para a sua igreja, para analisar o comportamento dos fiéis. Foi, exilado, para o Uruguai.<sup>76</sup>

Rubem César Fernandes, jovem da Igreja Presbiteriana do Brasil, preso em 1962, antes do golpe, por participar de movimentos estudantis. “Pastores fizeram uma lista com 40 nomes e entregaram aos militares. Um almirante que vivia na igreja achava que tinha o dever de me prender. Não me encontrou porque eu estava escondido e, depois, fui para o exílio.”<sup>77</sup>

Zenaide Machado de Oliveira, jovem da Igreja Presbiteriana Independente, estudante de Ciências Sociais, ligada à UCEB, militante desde 1964 no Partido Comunista. Vivia na clandestinidade desde 1969, quando já tinha prisão decretada. Presa em 1971, foi levada para o quartel da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita (Rio de Janeiro). Ficou incomunicável por 60 dias e sofreu tortura da parte de agentes de nome Doutor Bruno, Nagib, Cardeal, Bugre e Cururu. Foi transferida para o quartel da Vila Militar, onde sofreu com tortura

psicológica e constrangimento sexual da parte do capitão Guimarães e do capitão Ailton. Foi enviada para o Presídio Talavera Bruce, onde ficou até 1974, quando foi solta.

Caso de grande repercussão foi o da prisão e tortura do pentecostal Manoel da Conceição, membro da Assembleia de Deus, líder camponês do Maranhão, integrou a Ação Popular (AP)<sup>78</sup>. Em 13 de julho de 1968, durante uma reunião na sub-sede do sindicato, em Anajá, região de Pindaré-Mirim, policiais chegaram atirando. Conceição foi ferido na perna direita e novamente preso. Depois de seis dias na prisão, sem tratamento médico, parte da perna gangrenou e teve que ser amputada. Na época, o governador do Maranhão pela UDN José Sarney lhe ofereceu vantagens materiais para que silenciase, mas Conceição se recusou e respondeu ao político com uma frase que ficou famosa: “Minha perna é minha classe”. Para reiniciar a caminhada, Manoel Conceição contou com o apoio dos camponeses e dos seus companheiros da AP, que angariaram recursos que garantiram o tratamento da perna e a colocação de uma prótese mecânica em São Paulo, o que tornou possível que retornasse a Pindaré. No início da década de 1970, o governo militar intensificou a repressão contra os trabalhadores na região de Pindaré-Mirim, centenas de pessoas foram presas, e no dia 2 de janeiro de 1972 Manoel Conceição foi novamente preso, em Trufilândia, região de Pindaré e levado para o DEOPS de São Luís (MA).

Em 24 de fevereiro, foi sequestrado por agentes do DOI-CODI e movido para o Rio de Janeiro. Foi entregue ao Comando do I Exército e levado para o quartel da PE no bairro da Tijuca. Logo que chegou à “antessala do inferno”, nome que os próprios agentes davam ao lugar, a perna mecânica foi arrancada e, nu, foi colocado na “geladeira”, a solitária, onde era tratado literalmente a pão e água, entre sessões de interrogatório e torturas. Depois de ser levado a hospital para ser medicado com antibióticos e tomar banho de gelo para espalhar o sangue coagulado no corpo, Conceição foi conduzido de volta ao quartel da PE, onde as torturas continuavam com a mesma brutalidade e prosseguiram no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde o “Dr. Cláudio” (codinome usado pelo inspetor Solemar de Moura Carneiro, especialista em interrogar militantes da AP) comandava as atrocidades.

Além das torturas convencionais com choque elétrico, pau de arara e espancamento, Conceição relata: “Levantaram meus braços com cordas amarradas ao teto, colocaram meu pênis e os testículos em cima da mesa e com uma sovela fina de agulhas de costurar pano deram mais de trinta furadas. Depois bateram um prego no meu pênis e o deixaram durante horas pregado na mesa”. Após sete meses de tortura, incomunicável e desaparecido, o agricultor teve os cabelos e barbas cortadas e foi levado para Fortaleza e deixado numa cela do quartel do Exército 5º BIS, durante 15 dias, até ser apresentado à Auditoria Militar, em setembro de 1972.

Em maio de 1975, Conceição foi julgado na Auditoria Militar, em Fortaleza, e condenado a três anos de prisão. Depois de libertado, Manoel foi acolhido pelo arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que providenciou sua viagem para São Paulo, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright o internaram no Hospital Santa Catarina.<sup>79</sup> Devido à tortura, o agricultor urinava através de sonda e ficou impotente por anos. Depois de um mês de tratamento no hospital, ele foi para a casa do padre Domingos Barbé, em Osasco. Na manhã de 28 de outubro de 1975, a casa foi invadida por policiais, que levaram Manoel para o DEOPS paulista, onde o jogaram numa fossa cúbica, não muito longe da sala de torturas, de onde escutava os gritos de outros presos e também ouvia nos pesadelos o eco dos seus próprios gritos. Além do espancamento e choques elétricos, Conceição era ameaçado por policiais do DOI-CODI, que avisavam: “Sua prisão não tem nada a ver com a Justiça, que foi incapaz de julgá-lo. O problema é nosso”.

As torturas só foram interrompidas quando Conceição recebeu a visita do advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho. Na ocasião, o Papa Paulo VI enviou um telegrama ao general Ernesto Geisel, pedindo por sua vida e exigindo libertação. Em 11 de dezembro de 1975, Manoel foi finalmente solto e ficou sob a proteção da Anistia Internacional, que providenciou seu exílio em Genebra, na Suíça, para onde partiu em março de 1976.

#### 4. MORTES E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS DE AGENTES DE PASTORAL, LEIGOS E CLÉRIGOS

São sete os protestantes contados entre os mortos ou desaparecidos por conta das ações dos órgãos de repressão do regime militar. Os nomes apresentados a seguir foram identificados por meio de pesquisa no *Acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*<sup>80</sup> e nos registros da *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos – Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*.<sup>81</sup> Sobre os irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, foram ainda consultados o *Acervo do Centro de Memória Sindical*<sup>82</sup> e o *Acervo do Núcleo de Preservação da Memória Política*.<sup>83</sup> Vários deles foram perseguidos duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Juarez Guimarães de Brito. Nascido em Belo Horizonte, foi morto aos 32 anos. Era membro da Igreja Presbiteriana. Passou parte da infância no Maranhão, onde seu pai, engenheiro, foi Secretário de Agricultura. Na capital mineira, estudou no Colégio Batista e se formou, em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi integrante da Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e atuou nos sindicatos de trabalhadores, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Participou de várias mobilizações da época, como a greve dos mineiros de Nova Lima, contra a Hanna Corporation, e dos trabalhadores da Liga Camponesa de Três Marias.

Em 1963, foi trabalhar em Goiás, como assessor e professor da Universidade Federal. Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Era casado com Maria do Carmo Brito, também militante de esquerda.

Após a deposição do presidente João Goulart, Juarez foi preso e ficou cinco meses detido. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador. Liderou o grupo dissidente da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) que, em julho de 1968, constituiu o Comando de Libertação Nacional (Colina), responsável por inúmeras ações armadas, em Belo Horizonte e no Rio. Após a fusão entre Colina e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Juarez foi um dos dirigentes da nova organização, acompanhado da esposa. Comandou a maior operação armada para obtenção de recursos financeiros ocorrida em todo o ciclo da guerrilha urbana: o roubo do cofre de uma amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, contendo 2,8 milhões de dólares.

Juarez Guimarães de Brito recorreu ao suicídio para não ser preso quando foi vítima de emboscada no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1970. Juarez estava acompanhado da esposa, Maria do Carmo, para um encontro com um militante na Lagoa Rodrigues de Freitas, no Rio de Janeiro. Chegando à área, na esquina das ruas General Tasso Fragoso com Jardim Botânico, o carro em que estava foi fechado por um Volkswagen grená. Juarez seguiu dirigindo o veículo enquanto Maria do Carmo manejava uma pequena pistola. Os ocupantes do Volkswagen saíram do carro atirando contra os dois militantes. Quando se percebeu completamente cercado, Juarez, já baleado no braço e no abdômen, tirou a arma da mão de Maria do Carmo e desferiu um tiro contra o próprio ouvido direito, cumprindo um pacto que tinha firmado com ela, de não serem presos vivos. Maria do Carmo, porém, foi presa.<sup>84</sup>



Os irmãos Daniel José de Carvalho e Joel José de Carvalho. Daniel José de Carvalho, desaparecido aos 28 anos, e Joel José de Carvalho, desaparecido aos 26 anos, eram membros da Igreja Metodista, integrantes de uma família que, na década de 1950, migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho, deixando para trás a vida camponesa. A família chegou ao ABCD paulista no início da instalação da indústria automobilística e transformou-se em operária. Daniel, Joel e outros três irmãos participaram ativamente como militantes políticos no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e se engajaram em organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura militar. Só dois deles sobreviveram; um foi morto sob tortura, e Daniel e Joel constam na lista dos desaparecidos políticos.

Daniel e Joel foram presos em 1969, processados por militância na Ala Vermelha. Foram banidos do país em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em 7 de dezembro de 1970. Depois de se vincularem à VPR, os irmãos foram para a Argentina e tentaram entrar clandestinamente no Brasil pela fronteira sul, no dia 11 de julho de 1974, juntamente com quatro outros militantes da organização: o sapateiro José Lavechia (55 anos); o argentino Enrique Ernesto Ruggia, estudante de Veterinária em Buenos Aires (18 anos); Onofre Pinto, ex-sargento do Exército brasileiro (37 anos); e Vitor Carlos Ramos, escultor (30 anos). A operação tratava-se de uma armadilha preparada por “cachorros” (militantes que haviam passado a trabalhar para a repressão). Na armadilha, uma operação preparada pelo CIEX no Parque Nacional do Iguaçu, o “cachorro” Alberi Vieira dos Santos, ex-sargento da Brigada do Rio Grande do Sul e liderança da Guerrilha de Três Passos, foi usado como isca, com apoio de outro agente, para que os exilados entrassem no Brasil. Um dos comandantes da operação, o então capitão de cavalaria Paulo Malhães, era o controlador de Alberi. Naquele mesmo local ocorreram as execuções de cinco componentes daquele grupo de militantes (Onofre Pinto foi morto em Foz do Iguaçu). O Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos *Direito à memória e à verdade* (2007) já trazia registro sobre este caso, a partir de declarações do sargento da Oban Marival Chaves, o que foi aprofundado pelo trabalho da CNV.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos valeu-se de relatório do Ministério do Exército, de 1993, que apresenta os dados referentes a Daniel, e comprova que realmente existia uma ligação direta entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul, ainda antes de iniciada a chamada Operação Condor: “O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo governo argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 3/10/1973, procedente do Chile, e radicando-se em 31/10/1973 na Província de Corrientes”. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa a respeito de Daniel que “em 12/10/1973 seu nome constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo político na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir”. Relatório da Marinha não cita o nome de Daniel e o da Aeronáutica menciona que é dado como desaparecido na Argentina em 1973, não havendo dados que confirmem.

Devanir José de Carvalho. Morto aos 28 anos, era membro da Igreja Metodista, originário de Muriaé (MG). Um dos irmãos da família José de Carvalho, como descrito acima, que na década de 1950 migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Devanir encontrou trabalho no ABCD paulista quando a indústria automobilística se implantava naquela região. Ainda adolescente, tinha aprendido com o irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico e, desde então, passou a trabalhar em empresas metalúrgicas de grande porte, como a Villares e a Toyota, em São Bernardo do Campo.

Em 1963, casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos. No mesmo ano, começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves, período de sua vinculação ao PCdoB. Após a deposição do presidente João Goulart, fugiu da repressão política mudando-se com a família para o Rio de Janeiro, onde traba-

lhou como motorista de táxi. Em 1967, rompeu com o PCdoB, acompanhando o grupo dissidente que deu origem à Ala Vermelha. Em 1969, liderou nova dissidência nesse grupo para constituir o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Consta em documento do DOPS, na certidão de óbito e no laudo do exame do IML/SP que ele morreu em 5 de abril de 1971 após ter sido atingido por uma rajada de metralhadora quando chegou a uma residência da rua Cruzeiro, no bairro Tremembé, em São Paulo. Segundo depoimentos de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período, Devanir foi preso na casa da rua Cruzeiro e levado ao DOPS, onde teria permanecido por dois dias, torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chegando a falecer.

Em processo judicial a que Devanir respondeu perante a Justiça Militar, advogados teriam visto uma foto do cadáver, não localizada posteriormente, com marca de perfuração de bala na altura do coração e inúmeros ferimentos, em várias partes do corpo, principalmente na cabeça. O laudo da necropsia, assinado pelos médicos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, manteve a versão de que o metalúrgico foi morto em tiroteio. Em seu voto na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, aprovado por unanimidade, o relator Nilmário Miranda se apoiou no depoimento prestado por Ivan Seixas:

Quando fui preso, em 16/4/1971, ouvi vários torturadores do DOI-CODI do II Exército contarem detalhes sobre a morte de “Henrique”, codinome de Devanir. Esses torturadores diziam que faziam comigo “o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique”. Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que “teu chefe aguentou três dias de tortura e não falou nada” ... quando fui levado para interrogatório pelo torturador “Carlinhos Metralha” (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso, ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.

Heleny Telles Ferreira Guariba. Desaparecida aos 30 anos de idade, era membro da Igreja Metodista Central de São Paulo. Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em cultura grega. Recebeu bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo, e especializou-se na Europa de 1965 a 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou sobre o teatrólogo Bertold Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Brasil, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo – EAD. Foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo de teatro da cidade, onde desenvolveu inúmeros trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com alunos das escolas municipais. Com o AI-5, seu trabalho foi interrompido, tendo ingressado na Aliança Francesa, em São Paulo, onde também montou e dirigiu peça de teatro, em francês. Foi casada com um colega da Faculdade de Filosofia, Ulisses Telles Guariba, que se tornou professor de História na USP, com quem teve dois filhos.

Tornou-se militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi presa em março de 1970, em Poços de Caldas (MG). Sofreu tortura na Oban (DOI-CODI/SP), pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar durante dois dias, em função de hemorragia provocada pelos espancamentos. Foi transferida para o DOPS/SP e, depois, para o Presídio Tiradentes. Foi assistida pelo advogado José Carlos Dias e solta em abril de 1971. Preparava-se para deixar o país quando foi novamente presa em julho de 1971 e desapareceu.

Apesar do silêncio e da negativa sistemática das autoridades, as provas acerca da prisão e desaparecimento forçado de Heleny Guariba foram coletadas. Inês Etienne Romeu, em seu relató-

rio de prisão, testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”, entre outros desaparecidos, estiveram ali, no mês de julho de 1971, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny Guariba. Na casa clandestina em Petrópolis, Heleny foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

Ivan Mota Dias. Desaparecido aos 29 anos de idade, era membro da Igreja Presbiteriana do Brasil. Coursou História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e militava no movimento estudantil. Deu aulas no curso pré-vestibular da universidade. Terminaria sua graduação em dezembro de 1968, mas dois meses antes foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Recebeu *habeas corpus*, mas depois foi acusado de ligação com organizações revolucionárias e de envolvimento no roubo de um caminhão, foi condenado a oito anos de prisão por ser integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e teve a prisão preventiva decretada. Passou a viver na clandestinidade. Durante esse período, fazia traduções e morava num quarto alugado em uma pensão próxima à Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nessa época havia deixado o PCB e aderido à Vanguarda Popular Revolucionária.

A segunda prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, no bairro de Laranjeiras, cidade do Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), depois disso desapareceu. Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão, declarou ter ouvido o serviço de alto-falante da base anunciar a prisão de Ivan, conhecido como “Comandante Cabanos”. Inês Ettiene Romeu, em seu relatório sobre o período em que ficou sequestrada no sítio clandestino conhecido como “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), declara que o carcereiro a quem conhecia como “Dr. Guilherme” lhe afirmou que Ivan iria ser preso e, posteriormente, o mesmo agente lhe disse que Ivan tinha sido morto.

Informados, no mesmo dia, por telefonema anônimo, a respeito da prisão do filho, seus pais foram ao Rio de Janeiro para buscar localizá-lo em alguma dependência dos órgãos de segurança. Foram ao DOI-CODI, ao I Exército, à Aeronáutica, ao DOPS, ao Exército em São Paulo e Belo Horizonte. Um *habeas corpus* requerido em 22 de junho foi negado. Recorreram à Igreja Presbiteriana, à ICAR, ao Conselho Mundial de Igrejas. Tiveram ajuda do deputado Lysâneas Maciel e também do advogado Marcelo Cerqueira, que seria mais tarde deputado federal pelo Rio de Janeiro. Ivan Mota Dias nunca foi localizado.

Paulo Stuart Wright. Desaparecido aos 40 anos de idade, era evangélico, da Igreja Presbiteriana, filho de missionários norte-americanos. Nascido em Joaçaba (SC), foi para os Estados Unidos cursar a universidade em Sociologia e Política. Tinha preocupações com as condições de trabalho dos operários, o que o levou a trabalhar na construção civil em Los Angeles, nas férias. Lá também fundou um grupo contrário à discriminação racial. Cursava o doutorado em Sociologia quando, como cidadão americano, foi convocado para a guerra da Coreia. Não se alistou e resolveu deixar os Estados Unidos, quando passou a ser procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil, em 1956, trabalhou como torneiro mecânico em São Paulo e em Santa Catarina. Em 1960, tornou-se secretário-regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e no mesmo ano assumiu uma secretaria municipal em Joaçaba, terra natal. Foi o primeiro candidato protestante à prefeitura da cidade, em 1960, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); perdeu por 11 votos. Foi chamado para dirigir a Imprensa Oficial do Estado. Mudou-se para Florianópolis, onde se dedicou a organizar os pescadores numa rede de cooperativas, para se livrarem dos atravessadores. Em 1962, é fundada a Fecopesca, com 27 cooperativas associadas. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP). Em 1963, participou da criação da Ação Popular (AP), formada por militantes jovens oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), União Cristã de Estudantes do Brasil e Associação Cristã dos Acadêmicos.

Paulo Stuart Wright passou a lidar com forte oposição na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tendo chegado a sofrer um atentado planejado pelo seu suplente. Depois de abril de 1964, a Assembleia Legislativa catarinense acabou cassando o seu mandato por “falta de decoro parlamentar” (já que não usava gravata e paletó).

Asilou-se no México, de onde voltou, clandestinamente, um ano depois. Começou então a sua militância como dirigente da Ação Popular. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo algumas condenações.

De acordo com documentos dos órgãos de segurança, Paulo Stuart Wright foi o representante oficial da AP na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana em agosto de 1967. Teria recebido treinamento militar tanto naquele país quanto em Pequim e retornou ao Brasil para viver na clandestinidade. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo condenações.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, Paulo Stuart Wright foi sequestrado e levado ao DOI-CODI/SP. Segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante da APML na ocasião do desaparecimento forçado de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Nessa ocasião, ao terem percebido que eram seguidos por agentes da repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar e Paulo combinou que desceria em outro ponto.

Ao chegar à sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo foi preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi despido e passou a ser torturado violentamente. Nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava há pouco, quando estavam no trem. Foram impetrados *habeas corpus* pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e de Pedro João Tinn, nome falso usado por ele nos documentos pessoais. Inúmeras iniciativas foram tomadas visando à sua localização. A primeira providência foi a ida do seu irmão, Jaime Wright, acompanhado do coronel Teodoro Pupo, ao DOI-CODI, onde falaram com um sargento que demonstrava muito nervosismo. Após essa conversa, o sargento foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois e informando que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright. O advogado José Carlos Dias, que pertenceu à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, também apresentou declarações de uma testemunha que esteve com Paulo Wright na sala de identificação do DOI-CODI/SP, Maria Diva de Farias.

Documentos que integram o *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, registram: a) depoimento prestado, em 15/10/1990, por Delora Jan Wright, sobrinha de Paulo Stuart, à Comissão Justiça e Paz de São Paulo, com informações prestadas por outras pessoas que afirmam que Paulo esteve preso no DOI-CODI e foi torturado; b) parte do Complemento do Boletim Informativo nº 1/78, do Serviço de Polícia do III Exército que traz lista de pessoas que constam em processos, e nela o nome de Paulo Stuart Wright e a informação de que é falecido; c) documento do arquivo do DOPS/PR/Certidão da Divisão de Segurança e Informações, da Polícia Civil do Paraná, para a Comissão Especial de Investigação das Ossadas encontradas no Cemitério de Perus, de 24 de setembro de 1991, certifica que a ficha de Paulo Stuart Wright foi encontrada no arquivo do DOPS, em gaveta com a identificação “Falecidos”.

##### 5. EXPULSÕES E EXÍLIO DE AGENTES DE MISSIONÁRIOS PROTESTANTES

O caso Frederick Birten Morris: prisão, tortura e expulsão. O pastor da Igreja Metodista Unida nos Estados Unidos Frederick Birten Morris chegou ao Brasil para atuar como missionário

na Igreja Metodista no Brasil em 12 de janeiro de 1964, acompanhado de esposa e filha. Por quatro anos atuou no pastoreio em paróquias no estado do Rio de Janeiro (Teresópolis, Petrópolis e capital), quando nasceu seu segundo filho, no ano de 1966. Em 1968, regressou aos Estados Unidos para estudos e retornou ao Brasil dois anos depois, a convite da Igreja Metodista no Brasil, para atuar nas cidades de Recife e Olinda a fim de organizar e dirigir o Centro Comunitário Metodista, no bairro de Caixa d'Água, em Olinda, e colaborar com o arcebispo católico Dom Hélder Câmara em atividades ecumênicas. Morris foi ainda contratado, em 1972, pela Universidade Federal de Pernambuco para oferecer um curso no programa de mestrado sobre Urbanização no Brasil. Após viver um processo de divórcio, Frederick Morris decidiu permanecer no Brasil e licenciar-se do pastorado em 1973, para evitar incompatibilidades com a igreja brasileira. Buscou trabalho secular como gerente da empresa Concretos Blocos do Nordeste S/A, além de colaborar como correspondente da revista *Time* e da agência de notícias *Associated Press*. Ainda assim, mantinha vínculos com o trabalho do centro comunitário em Olinda e com as atividades ecumênicas.

O envolvimento com causas comunitárias e com o movimento ecumênico levou o missionário a um engajamento político, apoiando segmentos da luta clandestina, entre eles o PCdoB. Por volta das 10h da manhã de 30 de setembro de 1974, Frederick Morris, acompanhado do militante Alanir Cardoso, saiu de sua residência quando um carro Belina de cor verde, placa BP 0650, parou e o missionário foi surpreendido e cercado por cerca de 12 homens, ostensivamente armados, que se diziam da polícia e em movimento rápido algemaram os dois homens e os levaram à sede do 4º Exército no centro de Recife, onde Frederick Morris foi colocado em uma cela. Depois de 20 a 30 minutos, o missionário foi levado a uma sala para interrogatório sobre o qual declarou:

Fui jogado de um lado a outro por uns três a cinco homens que gritavam insultos e começaram a golpear-me. [...] Daí, eu disse, “Eu sou cidadão dos EUA. Que quero ver meu cônsul”. A resposta a esta foi o primeiro chute nos testículos, que me colocou no chão. Logo me levantaram e continuaram a gritar até que recebi outro chute, que produziu o mesmo resultado do primeiro.

Este baile continuou por uns 15 minutos ou mais e, de repente, parou. [...] Logo escutei água enchendo um balde. Aí, tive um grande susto de medo, pois pensei que ia me afogar, pois sabia que eles gostavam (*sic*) de fazer isto. Mas não era isto. Ele simplesmente chegou a mim com a água e a jogou nas minhas pernas e pés, molhando todo o chão em volta. Logo ele chegou com uns eletrodos. [...] Logo ele começou a repetir as mesmas perguntas de antes, mas agora minhas respostas produziram choques elétricos. [...] Mais choques, cada vez aumentando a intensidade. A dor era insuportável. Pensei que ia desmaiar. Depois de talvez 20 minutos, eu estava quase paralisado (*sic*) de dor e medo e susto. Senti que não estava mais aí, quase como se fosse fora do meu corpo observando. Para minha grande surpresa, assim a dor não me afetava tanto. Quando eles perceberam isto, pararam tudo, me levaram de volta a minha cela e me penduram com as algemas na própria porta. Aí fiquei por 15 a 20 minutos até estar mais ou menos recuperado. Vieram por mim de novo e repetimos tudo (*sic*). Assim foi o dia. Choque elétrico e golpes até que não estava mais aí, recuperar um pouco e repetir. Umás vezes colocaram o eletrodo no meu pênis em vez do peito.

Na tardinha, me levaram a outra sala de tortura e me colocaram numa cadeira com braços. Amarraram meus braços e pernas na cadeira com faixas de coró, colocaram os eletrodos de novo, esta vez um no pé e outro na orelha. Estes choques foram os piores. Minha cabeça ficou cheia de luz, quase como relâmpago, e pelo menos uma vez desmaiei.<sup>85</sup>

Numa segunda sessão de tortura, o torturador Luis Miranda Filho, agente policial da SSP-PE, levantou o capuz de Frederick Morris e revelou seu rosto.<sup>86</sup> Após as seguidas sessões de tortura Frederick Morris foi levado para uma cela onde foi pendurado na porta pelas algemas. O missionário relata:

Assim passei a noite, sem poder dormir, pois cada vez que cochilei, as algemas cortaram meus pulsos e a dor me despertou [...] no terceiro dia, na quarta-feira de noite, o major Maia, chefe da sala de tortura, chegou na minha cela e disse que eles estavam pensando que talvez eu não era tão mal como pensavam e que talvez eu era agente da CIA. Se eu confessasse ser agente da CIA, eles poderiam me “reabilitar” e eu poderia resumir minha vida como antes. [...] Este processo continuou por quatro dias e noites.<sup>87</sup>

Essas declarações são confirmadas por testemunho de Alanir Cardoso, por meio de declaração assinada, de 17 de maio de 2001, que compõe o conjunto de documentos do requerimento de anistia de Frederick Morris encaminhado ao Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, em 2002. Nessa declaração, Alanir Cardoso registra o nome completo de três dos torturadores: o coronel Ney Armando Meziat, chefe da II Seção do IV Exército; o major Augusto Fernandes Maia, chefe do DOI-CODI, que teria recebido treinamento para tortura do Exército dos Estados Unidos; o agente policial Luis Miranda, que não hesitou em mostrar o rosto numa das sessões de agressão física.<sup>88</sup>

Na tarde do quarto dia, 3 de outubro de 1974, Frederick Morris recebeu a visita do cônsul dos Estados Unidos em Recife. O missionário relata:

Depois de banhar-me (a primeiro [*sic*] vez em quatro dias), eles me colocaram num [*sic*] Kombi com as janelas blindadas e me levaram a um quartel de comunicações em Jaboatão. Obviamente não queriam que o cônsul soubesse que estava no próprio Quartel Geral do Quarto Exército. [...] O cônsul Richard Brown entrou acompanhado pelo coronel chefe do quartel de Jaboatão. [...] Eu tirei a camisa para mostrar as escoriações nas costas, e nos pulsos onde as algemas me cortaram. O pulso esquerda (*sic*) estava bem inflamado e não tinha sentido em nenhuma das mãos. Depois, baixei as calças para mostrar os enormes hematomas roxos nas nádegas causados pelas muitas caídas provocadas pelos choques. Até o coronel estava impressionado.<sup>89</sup>

Frederick Morris foi levado de volta à sede do IV Exército, onde ficou preso até o dia 14 de outubro, quando foi transferido para um quartel de Olinda, onde ficou por 24 horas. Depois da visita do cônsul não houve mais torturas. Em 15 de outubro, ele foi levado para o seu apartamento para arrumar uma mala e depois para a Polícia Federal no Recife onde dormiu no chão. Às 8h da manhã do dia seguinte, Morris foi levado ao Aeroporto dos Guararapes para um voo para o Rio de Janeiro, acompanhado por um agente armado da Polícia Federal que tinha cópia de documento assinado pelo

presidente da República general Ernesto Geisel que expulsava o missionário do país como “uma pessoa nociva aos interesses nacionais”. O missionário passou o 16 de outubro em uma cela da Polícia Federal e às 21h30 foi levado ao Aeroporto do Galeão para embarcar num voo para Nova Iorque. Frederick Morris estava expulso do Brasil.<sup>90</sup>

Frederick Morris não foi julgado, não lhe foi concedido o direito de defesa, sofreu agressões físicas e foi expulso do país mesmo sendo pai de filho brasileiro dependente, Jonathan Blake Morris, nascido em Teresópolis, em 18 de fevereiro de 1966, o que arbitrariamente contrariava o Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, sobre a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, que no artigo 74, inciso II garantia: “Art. 74. Não será expulso o estrangeiro que tiver: ... II – Filho brasileiro dependente da economia paterna”.

Uma nota oficial do Ministério da Justiça distribuída à imprensa no dia seguinte, 10 de outubro, e publicada nos principais jornais do País, desmentia as denúncias de tortura sofridas por Frederick Morris em Recife, feitas pelo cônsul Richard Brown, por meio do laudo de uma equipe de cinco médicos, e apresentava o perfil subversivo do missionário.<sup>91</sup>

A Igreja Metodista no Brasil silenciou sobre o caso e não se manifestou publicamente interna ou externamente. Somente em 2008, quando do julgamento do caso pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a igreja se pronunciou. Em carta remetida àquela Comissão, o bispo presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista registrou o pedido de perdão ao Rev. Frederick Birten Morris pela injustiça cometida contra ele como Igreja e como país.

O caso Brady Tyson: expulsão sumária.<sup>92</sup> O pastor Brady Tyson foi designado como missionário da Igreja Metodista para o Brasil em 1962, acompanhado da esposa e de cinco filhos. Trabalhou como pastor em três pequenas congregações e foi também capelão metodista da Comunidade Universitária em São Paulo. Em pouco tempo, ele se envolveu com o movimento ecumênico estudantil, a União Cristã de Estudantes do Brasil, e procurou estabelecer pontes entre organizações progressistas católicas e protestantes no Brasil.

Além das atividades no ministério da Igreja Metodista para jovens, lecionou na Escola de Sociologia e Política em São Paulo, o que o fez frequentar o cerne da vida intelectual e política da cidade. A casa onde morava se tornou ponto de encontro de jovens acadêmicos norte-americanos que vinham estudar no Brasil, assim como de jovens ativistas religiosos progressistas.

Em 1965, o Diretório Acadêmico da Escola de Filosofia, Ciências Sociais e Literatura de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, convidou Brady Tyson para fazer uma conferência sobre a situação política na América Latina. Os organizadores estudantis pediram que ele focalizasse especialmente a invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos e as relações de Washington com Cuba. Embora a conferência de Tyson criticasse certos aspectos da política externa norte-americana, ele continuou a pautar seus argumentos no contexto da ala liberal do Partido Democrata, assim como faziam os latino-americanistas que haviam assinado a declaração publicada no *The New York Times* sobre a intervenção de Johnson na ilha do Caribe. Ao mesmo tempo, Tyson não hesitou em identificar-se como esquerdista que acreditava em ação direta não violenta — reflexo de seu envolvimento com a organização pacifista *Fellowship of Reconciliation* [Confraria da Reconciliação] e de seu apoio ao movimento pelos direitos civis, liderado por Martin Luther King Jr.

Em 29 de dezembro de 1965, o Ministério da Justiça convocou Brady Tyson a comparecer em sua repartição em São Paulo e informou-o de que deveria sair do país imediatamente, ou seria expulso pelo governo brasileiro. Os documentos nos arquivos da polícia política (DOPS) não fornecem detalhes dos “delitos políticos” que lhe valeram a partida forçada do Brasil, mas a polícia registrou a “natureza extremista” de sua conferência em São José do Rio Preto. Temendo permanecer

no Brasil para ser julgado e que a mulher e cinco filhos viessem a passar graves dificuldades, Tyson conseguiu obter uma prorrogação de três meses, a fim de colocar suas coisas em ordem, e partiu em março de 1966. Em carta a amigos, parentes e membros da Igreja, ele e Jean, sua mulher, explicaram a decisão de sair do Brasil:

No clima de suspeita e traição decorrente da sistemática repressão por parte do governo, era inevitável que nós, assim como muitos de nossos amigos, acabássemos sendo vítimas de intimidação. A estreita relação de Brady com professores e estudantes universitários brasileiros inevitavelmente o tornou alvo de suspeita pelo atual governo militar.

Tyson encontrou trabalho como professor de ciência política no Colégio Southampton da Universidade de Long Island. No ano seguinte, entrou como docente na American University, em Washington. Sua posição na universidade e suas credenciais acadêmicas lhe permitiram utilizar contra o regime militar os conhecimentos especializados que tinha sobre o Brasil em campanha de denúncias das torturas e contra o apoio político, econômico e militar do governo dos Estados Unidos à ditadura brasileira desenvolvida por exilados brasileiros e por ativistas de direitos humanos naquele país.

#### 6. *EXPULSÃO, BANIMENTO E FUGA DE PROTESTANTES*

Entre os protestantes perseguidos e presos pela ditadura militar, há três casos de banimento: os irmãos Derly, Daniel e Joel José de Carvalho foram banidos em janeiro de 1971, depois de saírem da prisão em troca do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, sequestrado em 7/12/1970 pela VPR. Daniel e Joel tentaram retornar ao Brasil, mas foram presos e desapareceram. Estes casos estão relatados anteriormente.

Um extenso número de casos diz respeito a exilados, pessoas ligadas às igrejas protestantes no Brasil que, por conta da perseguição e da experiência de prisão e tortura, em muitas situações, foram forçadas a deixar o país. Estava em questão a preservação da vida, mas, como afirma Anivaldo Padilha, um dos exilados da Igreja Metodista, à Comissão Nacional da Verdade: “Era uma mudança de frente de luta. Quem se exilou estava mudando de campo de batalha”.

Foram exilados os seguintes protestantes:

1. Ana Maria Ramos Estevão, leiga metodista, 1973, França
2. Anivaldo Pereira Padilha, leigo metodista, 1971, Chile, EUA e Suíça
3. Apolo Heringer Lisboa, leigo presbiteriano, 1973, Chile
4. Clara Amélia Evangelista, 1970, Chile e Canadá
5. Claudius Ceccon, leigo metodista, 1970, Suíça
6. Domingos Alves de Lima, leigo metodista, 1970, Chile e Canadá
7. Eber Fernandes Ferrer, pastor presbiteriano, 1970, Suíça



8. Jovelino Ramos, pastor presbiteriano, 1968, EUA
9. Manoel da Conceição, leigo Assembleia de Deus, Suíça
10. Noracy Ruiz de Souza, 1968, EUA
11. Paulo José Krischke, leigo Episcopal Anglicano, 1970, Chile e Canadá
12. Paulo Stuart Wright, leigo presbiteriano, 1964, México – voltou ao Brasil, foi preso e desapareceu
13. Rubem César Fernandes, leigo presbiteriano, 1963, EUA e Polônia
14. Zwinglio Mota Dias, pastor presbiteriano, 1971, Uruguai

### C) INDICAÇÕES CONCLUSIVAS

As igrejas cristãs deixaram marcas na memória da ditadura militar brasileira. Seja pelo apoio das cúpulas e de algumas lideranças, clérigas e leigas, por meio de apoio explícito, cauteloso, pelo silêncio e pela omissão, seja pela resistência de lideranças, clérigas e leigas, na oposição ao regime, na defesa dos direitos humanos e na solidariedade com vítimas e suas famílias. Entre os católicos-romanos, a participação na Ação Católica, a formulação da Teologia da Libertação, a criação das pastorais sociais e emergência das Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais para respaldar e motivar todo o engajamento em prol da justiça e do direito. Os protestantes, motivados predominantemente pela inserção no movimento ecumênico no Brasil e no exterior também construíram uma base teológica e prática que tornou possível a militância contra o regime de exceção. O Estado brasileiro esteve atento a esta postura e não isentou esses cristãos de perseguições, pelo contrário, considerava-os inimigos da segurança nacional. Daí as graves violações dos direitos humanos que lhes foram impostas, na forma de prisão arbitrária, tortura, expulsões e banimentos, que levaram vários deles ao desaparecimento forçado e à morte.

Destacam-se entre as vítimas cristãs, estudantes e trabalhadores do campo e operários das cidades por conta do engajamento em movimentos relacionados a esses segmentos, como relatado em item específico anteriormente. Importa ressaltar uma constatação das(os) pesquisadoras(es): o significativo grupo de mulheres entre as vítimas, tanto no lado da ICAR como no lado protestante, que experimentaram as atrocidades impostas de forma potencializada. Sofriam como seres humanos, como os demais cristãos comprometidos com a justiça e o direito, mas padeceram também como mulheres, afetadas de maneira singular pelo regime repressivo.

Quem eram essas mulheres? Uma leitura atenta do documento-referência deste texto, o Relatório *As igrejas e as graves violações*, revela que eram católicas e protestantes das cidades, do campo e das aldeias indígenas, leigas e religiosas, atuantes com a juventude e com adultos como educadoras, agentes de saúde, missionárias, trabalhadoras, sindicalistas, que desejavam ser tratadas com dignidade. Ou estavam, também, simplesmente na pobreza e nas dificuldades da periferia das cidades, do campo com seus conflitos sobre a terra, das aldeias indígenas onde estavam as missões, muitas vezes sem preocupação com disputas políticas ou com a implantação do “comunismo”. Por isso podem ser

vistas também apenas como cristãs que procuravam responder de forma concreta à sua compreensão de fé como um sentido da vida que deveria dar uma resposta à realidade. Tornaram-se protagonistas de igrejas abertas à vida e suas demandas, com consciência sociopolítica.

O tratamento que recebiam nas prisões para onde eram enviadas, sem condições de higiene, saúde, muitas delas grávidas ou carregando seus bebês era degradante. Mais ainda o eram os abusos sexuais infringidos da parte de agentes da repressão e seus superiores. As religiosas católicas, particularmente, foram duplamente violadas, por sua condição de mulheres e de cristãs comprometidas com a castidade. Muitas de todas essas mulheres perseguidas não constam neste relatório, pois são anônimas: a vergonha e os traumas da violência sofrida as impediram de denunciar, de se evidenciar.

À medida que se tenta tirar conclusões dos dados apresentados neste texto gera-se a noção de que parece um processo sem fim. Os relatos, seus desdobramentos e nuances revelam que o sofrimento provocado pelas ações da ditadura militar, em nome da “segurança nacional”, é muito maior do que se pode expressar em palavras. Por isso também se reconhece que os dados sobre as graves violações de direitos perpetradas contra as pessoas das igrejas, clérigas e leigas, lideranças ou simples fiéis, não estão aqui esgotados e carecem de mais investigação.

Importa reafirmar que o que este texto procura deixar nítido é que qualquer processo que intente reconstruir a memória e a verdade sobre esse momento da história do Brasil, em busca de justiça, não pode deixar de atentar para o papel das igrejas e das tantas cristãs e cristãos que empenharam suas vidas em favor da justiça e do direito no período.

1 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.2.2.

2 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.2.1.

3 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.3.2.

4 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, seção A, parte 1.4.1.

5 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, seção A, parte 1.4.1.

6 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, seção A, 1.5.

7 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.4.6.

8 – BR AN, BSB IE 001 004, pp. 95-99; SECRETO CIEX 1/315 DATA: 30 ago. 66, Avaliação A-1; Distribuição SNI/ARJ, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMA, Presidência da República. SNI/ARJ, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMA, Presidência da República.

9 – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Repressão na Igreja do Brasil – reflexo de uma situação de opressão* (1968/1978) (mimeo.). Distribuição por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Thomás Balduino, dez. 1978.

10 – Cf. BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. *A bênção de abril – Brasil Urgente: memória e engajamento católico no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983; VV.AA. *Utopia Urgente*, São Paulo: Educ/PUC, 2002.

11 – CONTREIRA, Lilian. Frei Carlos Josaphat. *Quando as vidas se cruzam*. Espaço do autor. Editora Paulinas. www.paulinas.org.br/editora/pt-br/?system=paginas&action=read&id=4864.

12 – Reportagem da revista *Isto É*, de 22 de setembro de 1982, pp. 18-20, identifica a obra de sabotagem realizada. O texto revela que a falsificação foi identificada por um candidato do PMDB, que passou a informação a um agente da Pastoral Operária de Belo Horizonte, Durval Ângelo de Andrade, que informou à Arquidiocese de São Paulo. A reportagem indica que essa não foi a única falsificação realizada, mas que muitos boletins e publicações de diversas regiões do país estavam sofrendo o mesmo. Acervo do Arquivo de Política Militar Ana Lagoa (UFSCAR). <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03650.pdf>.

13 – CANUTO, Antonio. Depoimento à Comissão Brasileira de Justiça e Paz. *Seminário Memória e Compromisso*. 28/9/2013. Gravado pelos pesquisadores da CNV, em Brasília/DF.

14 – Ver CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Documento aprovado na 18ª Assembleia Geral da CNBB. Itaiç, 14 fev. 1980. [http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc\\_download/79-17-igreja-e-problemas-da-terra](http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc_download/79-17-igreja-e-problemas-da-terra). Acesso em 17/9/2014.

15 – Para os casos relatados a seguir ver PREZIA, Benedito (org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos*

últimos 60 anos da pastoral indígenista e dos 30 anos do CIMI. Textos e documentos. São Paulo: Loyola, 2003.

16 – PREZIA, Benedito (org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indígenista e dos 30 anos do CIMI*. Textos e documentos. São Paulo: Loyola, 2003.

17 – SCHWADE, Egydio. Entrevista. IHU-UNISINOS. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508652-waimiri-atroari-desaparecidos-politicos-entrevista-especial-com-egydio-schwade>.

18 – BALDUÍNO, Tomás. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

19 – SERBIN, Kenneth P. *Diálogo nas sombras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

20 – CASALDÁLIGA, Pedro. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014; CANUTO, Antonio. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014; SOUZA, José Coelho. *O sangue pela justiça: Pe. João Bosco Penido Burnier*, S. J. São Paulo: Loyola, 1978.

21 – FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

22 – CALHEIROS, Waldyr. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2013.

23 – Cf. MAINWARING, Scott. “A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974/1985” In: MAINWARING, Scott (org.). *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

24 – HYPÓLITO, Adriano. *Nas mãos de Deus. Notícias do Almeida*. <http://noticiasdoalmeida.blogspot.com.br/2008/01/d-adriano.html>. Texto oferecido em entrevista coletiva. 29/9/1976.

25 – COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. *A memória do terror (Conversa com Paulo Malhães, 18/2/2014)*, p. 51. <http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf>.

26 – PRETTO, Agostinho. Depoimento. *50 anos da diocese de Nova Iguaçu*. Vídeo. Apresentado na Audiência Pública da CNV, no Rio de Janeiro, 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=ZbAAqxrNt2c>.

27 – Informação 1453 S 102/CIE. Arquivo Nacional, Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar: BR\_DFANBSB\_AAJ\_IPM\_0322\_D.

28 – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Repressão na Igreja do Brasil – reflexo de uma situação de opressão (1968/1978)* (mimeo). Distribuição por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Tomás Balduino. Dez. 1978.

29 – ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. s.e., 1996, p. 29. [http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio\\_alves\\_torturas\\_e\\_torturados.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf).

30 – DOPS-MG, Pasta com antecedentes políticos do Pe. Le Ven. [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0261&imagem=2103](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0261&imagem=2103).

31 – CANUTO, Antonio. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

32 – Como relatado adiante e cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Anexo 1.

33 – PONTIM, José. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

34 – *O São Paulo*, 6/2/1971, p. 5.

35 – COTRIM, Leticia. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2013.

36 – GUIMARÃES, Pedro Wilson. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

37 – Coordenação de Documentos Escritos. Documentos do Executivo e do Legislativo. Arquivo Nacional, BR\_RJAN RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_194, Processo Secom nº 56.773, de 20/7/1971.

38 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, parte 1, seção A, 1.5.

39 – Descrições mais detalhadas dos casos são encontradas no Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, parte 1, seção A, 2.

40 – Inclui a lista de sacerdotes católicos identificados pela CNBB como mortos pela ditadura. Cf. Carta de Dom Leonardo Ulrich Steiner à Comissão Nacional da Verdade, 15 jul. 2014.

41 – COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dossiê Mortos e Desaparecidos*; DHNET On-Line. <http://dhnet.org.br/tedebrasil/index.htm>.

42 – A Chacina de Quintino foi uma farsa para acobertar a morte por tortura dos três militantes. Não consta que Ligia Maria Salgado Nóbrega, a outra militante assassinada naquela ação de 30 de março de 1972, tenha passado de envolvimento com organizações religiosas.

43 – CASALDÁLIGA, Pedro. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

- 44 – Diário Oficial da União, 19/4/2010, seção 1, p. 3. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2409209/pg-3-secao-1-dia-rio-oficial-da-uniao-dou-de-19-04-2010>.
- 45 – O regime de oferta de vistos permanentes para os missionários foi dificultado. Em 1978, por exemplo, de 250 vistos solicitados para missionários católicos apenas 80 foram atendidos. Cf. CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Repressão na Igreja do Brasil – reflexo de uma situação de opressão* (1968/1978) (mimeo). Distribuição por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Thomás Balduino, dezembro de 1978.
- 46 – KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Italo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014. p. 45.
- 47 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 2, Seção A, 1 e 2.
- 48 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 2, Seção A, itens 3, 4, 5, 6.
- 49 – Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_ACE\_3842\_1980, fl. 29. Arquivo Nacional *apud* BRITO, André de Souza. “Cristianismo ateu”. *O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 71.
- 50 – Documentos como este revelam como os órgãos de repressão tinham dificuldade de entender a complexidade do universo protestante. O Instituto Metodista Bennett era espaço de apoio à oposição apesar de alguns de seus diretores terem colaborado com a ditadura; o Instituto Mackenzie, ao contrário, sempre foi um dos centros de apoio ao regime militar (cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 2 seção A, 4.5.4).
- 51 – Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_ACE\_3842\_1980, fl. 29. Arquivo Nacional *apud* BRITO, André de Souza. “Cristianismo ateu”. *O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 72.
- 52 – Idem.
- 53 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 2, Seção A, item 2.
- 54 – CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Depoimento. Projeto Trajetórias Ecumênicas. Rio de Janeiro: Koinonia, 2007.
- 55 – MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2. ed. Rio de Janeiro: Praia, 1965, p. 125-127.
- 56 – MANDADO de Prisão. Justiça Militar, Auditoria da 7ª RM, Recife, 3/9/1964; Inquérito Policial Militar, IV Exército, 18/10/1964. Brasil Nunca Mais Digital, Pasta 266. <http://bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em 29/7/2014.
- 57 – OLIVEIRA, Onésimo de. *Violências policiais compungiram metodistas*. Expositor Cristão. 15/10/1966, p. 12. *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese. (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1999.
- 58 – CARVALHO, Derly José. Depoimento a Carolina Maria Ruy. Centro de Memória Sindical. Diadema, 12/7/2012. [http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=398&furl=\\_-Depoimento-de-Derly-Jose-de-Carvalho---parte-1-#.U9fZj\\_ldV0q](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398&furl=_-Depoimento-de-Derly-Jose-de-Carvalho---parte-1-#.U9fZj_ldV0q).
- 59 – AUDITORIA da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, Processo 50/71, Sentença. Brasil Nunca Mais, pasta 310. Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br>.
- 60 – NAVARRO, Renato Godinho. Testemunho escrito em 2001 para o Conselho de direitos humanos da Secretaria de Estado de Justiça e direitos humanos de Minas Gerais. Lido pela esposa Maria Helena de Lacerda Godinho na 3ª Audiência Pública da CNV em Belo Horizonte, em 30 de novembro de 2013.
- 61 – Os irmãos pastor José Sucasas Jr. e bispo Isaías Sucasas da Igreja Metodista eram formalmente registrados como informantes do DOPS. No arquivo do DOPS-SP encontra-se o Termo de Declarações, de 23 de agosto de 1969, cujo declarante é José Sucasas Jr., tendo como testemunha Isaías Sucasas. A declaração é uma denúncia formal contra jovens da Igreja Metodista que atuavam para “subverter e doutrinar para a esquerda”. Como prova é apresentado exemplar do jornal *Unidade III*, ano I, nov. 1968 para fins de avaliação por parte das autoridades, por “linha subversiva e de completa irreverência”. Na declaração são citados os nomes dos irmãos Celso Cardoso da Silva e Fernando Cardoso da Silva, do pai deles Abiezer Cardoso da Silva, como lideranças da Federação de Jovens da Igreja Metodista, responsável pela publicação, de Flávio Fróes, como articulista, e do pastor João Daronch Paraíba da Silva, como incentivador. Cf. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento de Ordem Pública e Social. Termo de Declarações. 23/8/1969. Fl. 144. Arquivo DOPS São Paulo, Família 50-z-9, pasta 76, documentos 13688 a 13669.
- 62 – *Unidade III*, ano I, nº I, nov. 1968. Arquivo DOPS São Paulo, Família 50-z-9, pasta 76, documentos 13688 a 13669. No exemplar entregue ao DOPS pelos informantes há anotações à mão como: “É preciso ‘apertar’ os jovens que respondem por este jornal de seu registro por que é de âmbito nacional e subversivo”. Na cópia entregue aos agentes da repressão os nomes dos articulistas mencionados na capa, Anivaldo Padilha e Flávio Fróes, estão grifados e em outra página há a anotação à mão “tome nota!” acompanhada do texto do jornal grifado, que traz denúncia de que “Anivaldo Padilha, diretor do Departamento da Mocidade da Jugec [Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista] foi ‘cassado’ sem consulta à Mocidade que o indicou porque falava a linguagem dos jovens e não da ‘Jugec’”.

- 63 – ASSIS, David Bernardes. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Agência Brasileira de Inteligência, Brasília, 10/1/2001. Cópia do Arquivo Pessoal de Anivaldo Padilha *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 123.
- 64 – PADILHA, Anivaldo. Depoimento. Projeto Trajetórias Ecumênicas. Rio de Janeiro: Koinonia, 2007.
- 65 – Arquivo do DOPS de São Paulo. Família 50-z-9, pasta 76, doc. nº 13.753 *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 124.
- 66 – PADILHA, Anivaldo. Depoimento no Ato Público de Repatriação dos Documentos do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, São Paulo: Auditório da Procuradoria Regional da República - 3ª Região. São Paulo - SP, 14 jun 2011. [http://portal.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo\\_Padilha\\_Depoimento.pdf](http://portal.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf).
- 67 – ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2013.
- 68 – JUSTIÇA Militar Federal, 2ª Auditoria da 2ª CIM, Processo 6/71, 6/2/1973. Brasil Nunca Mais, Pasta 392. <http://bnmdigital.mpf.mp.br>.
- 69 – SOUZA, Francisco de Paula Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade do Rio de Janeiro, 1997.
- 70 – LISBOA, Apolo Heringer. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 3ª Audiência Pública, Belo Horizonte, 2013; LISBOA, Apolo Heringer, Depoimento escrito a Otávio Luiz Machado. Projeto “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”. Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto, mar 2003. Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/apolo-heringer-lisboa>; LISBOA, Apolo Heringer. Entrevista à Rede Sustentabilidade, 3/4/2014. Disponível em <http://redesustentabilidade.org.br/apolo-heringer>. Acesso em 29/7/2014.
- 71 – CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Requerimento de Anistia. Carta ao Presidente da Comissão da Lei 9.140, 9/9/2004. Arquivo pessoal de Waldo Aranha Lenz César.
- 72 – DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994). A serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2007.
- 73 – CAMPOS, Leonildo S. Entrevista a Cíntia Tavares, Diário do Grande ABC, 26/11/2012. <http://www.dgabc.com.br/Noticia/73671/professor-analisa-religiosos-na-ditadura?referencia=buscas-lista>.
- 74 – CARDOSO, Rodrigo. *Os Evangélicos e a Ditadura Militar*. IstoÉ Independente, nº 2.170, 10/6/2011. [http://www.istoe.com.br/reportagens/141566\\_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR](http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR).
- 75 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE, pasta 306, cx. 1297, fl. 489 *apud* BRITO, André de Souza. *“Cristianismo Ateu”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014, pp. 125-126.
- 76 – CARDOSO, Rodrigo. *Os Evangélicos e a Ditadura Militar, IstoÉ Independente*, nº 2.170, 10/6/2011. [http://www.istoe.com.br/reportagens/141566\\_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR](http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR).
- 77 – Idem.
- 78 – Este item toma por base o relato produzido por Otto Filgueiras para o *site* Repórter Brasil. FILGUEIRAS, Otto. “Minha perna é a minha classe”. Repórter Brasil, 31/7/2005. <http://reporterbrasil.org.br/imprimir.php?id=397&escravo=0>.
- 79 – O Cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor da Igreja Presbiteriana Jaime Wright são destacados líderes religiosos, respectivamente católico e protestante, na trajetória de resistência e oposição de cristãos à ditadura militar no Brasil. Suas ações marcaram o papel do movimento ecumênico no Brasil e no exterior no apoio à resistência à ditadura, em especial às violações de direitos humanos por ela perpetradas. Por meio das articulações e liderança do cardeal e do pastor o importante Projeto Brasil Nunca Mais foi realizado. Somou-se a eles o Rabino Henry Sobel na realização do importante culto ecumênico, realizado em 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé (São Paulo), em memória do jornalista Vladimir Herzog assassinado nas dependências do DOI-CODI.
- 80 – <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/258>.
- 81 – Políticos. <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=313&m=3>.
- 82 – [http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=533#.U4fDNXLxqGc](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=533#.U4fDNXLxqGc).
- 83 – <http://www.nucleomemoria.org.br/textos/integra/id/3>.

84 – A reportagem “Os infiltrados da ditadura” relata a atuação de informantes do Cenimar no combate às organizações políticas opositoras ao regime. Ao descrever a história do agente Manoel Antonio Mendes Rodrigues, codinome Luciano, que se infiltrou em várias organizações, um dos exemplos é o caso do cerco a Juarez Guimarães de Brito na Lagoa Rodrigo de Freitas. A ação foi resultante de informações sobre as ações de Juarez, espionado pelo Cenimar, transmitidas pelo agente Luciano ao Cenimar. ROCHA, Leonel. *Os infiltrados da ditadura*, Revista Época, 706, 28 nov. 2011. <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/11/os-infiltrados-da-ditadura.html>.

85 – MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26/9/2008; Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20/11/2002.

86 – Idem.

87 – MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26/9/2008.

88 – Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20/11/2002.

89 – MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26/9/2008.

90 – O ministro da Justiça Armando Falcão submeteu ao presidente Geisel o projeto de decreto de expulsão do missionário, por meio do documento GM/0442. O Decreto de Expulsão assinado pelo presidente da República Ernesto Geisel foi publicado no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1974. Cf. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20/11/2002.

91 – *O Globo*, 11/10/1974; *Correio Brasiliense*, 15/10/1974.

92 – Este item se baseia no relato do caso produzido por James Green: GREEN, James. *Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos*, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 44, 106-108.